



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

A integração da Agenda 2030 na política de turismo da Ibero-América

OS CASOS DO CHILE, COLÔMBIA,
MÉXICO E REPÚBLICA DOMINICANA



A integração da Agenda 2030 na política de turismo da Ibero-América. Os casos do Chile, Colômbia, México e República Dominicana

Dezembro de 2024

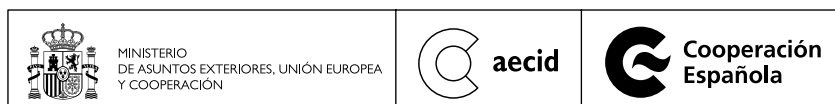
© Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB)

Paseo de Recoletos, 8

28001 · Madrid

Financiamento da publicação:

Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)



Redação:

Investigadora principal: Diana Gómez Bruna

Colaboradora: Natalia Millán Acevedo

Coordenação da redação:

Montserrat García Villanueva y Ander Arredondo Chopitea (SEGIB).

Em colaboração com a ONU Turismo.

Coordenação do desenho:

Pilar García García (SEGIB)

Desenho e paginação:

Capricornia Colectico Gráfico + Mythagos Estudio | <https://www.capricornia.es>

Nota explicativa: o apoio das instituições para a elaboração desta publicação não implica a aceitação do seu conteúdo. As opiniões expressas nesta publicação são da responsabilidade do(s) seu(s) autor(es) e não representam necessariamente as da SEGIB, dos seus Estados membros ou de outras instituições colaboradoras. Por conseguinte, nenhuma das instituições é responsável pelo uso que possa ser feito da informação contida nesta publicação.

A integração da Agenda 2030 na política de turismo da Ibero-América

OS CASOS DO CHILE, COLÔMBIA,
MÉXICO E REPÚBLICA DOMINICANA



ÍNDICE

Prólogo	6
1. Antecedentes e justificação do estudo	9
2. Objetivos	13
3. Metodologia	15
Termos utilizados. A relevância da dimensão ambiental	16
4. A integração da Agenda 2030 na política de turismo do Governo do Chile	21
4.1. Contexto global da política de turismo do Governo do Chile: a integração dos desafios da Agenda 2030	21
4.2. Valores e princípios da política de turismo do Governo do Chile em relação à Agenda 2030	24
4.3. Os ODS na política de turismo do Governo do Chile	27
5. A integração da Agenda 2030 na política de turismo do Governo da Colômbia	31
5.1. Contexto global da política de turismo do Governo da Colômbia: a integração dos desafios da Agenda 2030	31
5.2. Valores e princípios da política de turismo do Governo da Colômbia em relação à Agenda 2030	35
5.3. Os ODS na política de turismo do Governo da Colômbia	38
6. A integração da Agenda 2030 na política de turismo do Governo do México	43
6.1. Contexto global da política de turismo do Governo do México: a integração dos desafios da Agenda 2030	43
6.2. Valores e princípios da política de turismo do Governo do México em relação à Agenda 2030	46
6.3. Os ODS na política de turismo do Governo do México	48
7. A integração da Agenda 2030 na política de turismo do Governo da República Dominicana	53
7.1. Contexto global da política de turismo do Governo da República Dominicana: a integração dos desafios da Agenda 2030	53
7.2. Valores e princípios da política de turismo do Governo da República Dominicana em relação à Agenda 2030	56
7.3. Os ODS na política de turismo do Governo da República Dominicana	59
8. Conclusões	63
Referências bibliográficas	71

Prólogo

O turismo é um setor fundamental para o desenvolvimento económico e social da Ibero-América. A recuperação da atividade turística após a pandemia é uma realidade na maioria dos países da nossa região, que agora regista um volume mais elevado de visitantes e receitas. Estamos, portanto, perante uma conjuntura favorável para as atividades turísticas. O principal desafio que se coloca nesta altura é o de aprofundar a adaptação do setor aos desafios económicos, sociais e ambientais que afetam a Ibero-América, de tal forma que o turismo seja um motor que contribua decisivamente para o êxito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e a Organização das Nações Unidas para o Turismo (ONU Turismo) partilham uma visão do turismo e da sua capacidade de transformação:

O turismo que queremos promover a partir das nossas instituições é um turismo que nos une, que favorece o encontro na diferença e na diversidade e que promove o intercâmbio cultural, a inclusão social e a conservação do património cultural e natural dos nossos países.

O turismo que queremos promover procura uma colaboração virtuosa entre as instituições, o setor privado e a sociedade civil para garantir um crescimento económico sustentável, a convivência, o benefício mútuo e o respeito pela natureza.

O turismo que queremos promover procura criar uma cultura de paz nos nossos países que transcenda as diversas realidades sociais e culturais da região e possa ser reproduzida para além das nossas fronteiras.

A ONU Turismo, em colaboração com outras instituições internacionais, como a SEGIB, está a trabalhar na elaboração de instrumentos e guias que ajudem os países a alinhar as atividades turísticas com as metas estabelecidas na Agenda 2030. Para tal, dá apoio aos governos para melhorar a competitividade do setor do turismo, fomentar a sustentabilidade e a integração, reforçar as capacidades técnicas, promover o investimento e estimular a inovação no setor.

As Linhas Estratégicas de Turismo e Desenvolvimento Sustentável na Ibero-América (LETDSI), promovidas pela SEGIB, constituem o quadro de referência para a região e incluem dez eixos de intervenção que promovem um desenvolvimento mais sustentável e equilibrado através do turismo.

Os elementos anteriores, que orientam o trabalho da SEGIB e da ONU Turismo para a obtenção de um objetivo comum nesta matéria, também constituem o quadro de referência do presente Estudo, que parte da premissa de que as atividades turísticas afetam todas as dimensões do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, a dimensão ambiental assume uma especial relevância na conceção de políticas públicas de turismo e na promoção de projetos turísticos.

Quase dez anos após a adoção da Agenda 2030, compreender como os ODS estão a ser integrados nas políticas de turismo dos países ibero-americanos e identificar ações positivas que possam ser replicadas entre países é extremamente útil e pertinente. O estudo fornece uma valiosa panorâmica dos documentos orientadores de quatro países ibero-americanos: Chile, Colômbia, México e República Dominicana.

Todos eles têm diferentes realidades turísticas, mas representam modelos que são equiparáveis a outros países da região e que, por isso, podem oferecer orientação e inspiração aos setores público e privado dos países irmãos na sua procura de um turismo sustentável e inclusivo que contribua para a citada cultura de paz.

Os nossos mais sinceros agradecimentos às instituições dos países que enriqueceram o estudo com as suas contribuições.



LORENA LARIOS,
Secretária para a Cooperação Ibero-Americana da SEGIB.



GUSTAVO SANTOS,
Diretor para as Américas da ONU Turismo.





Antecedentes e justificação do estudo

Desde há várias décadas que o turismo é considerado por organismos internacionais, como a ONU Turismo e a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), um setor estratégico para o desenvolvimento socioeconómico sustentável da Ibero-América.

Esta abordagem baseia-se principalmente nos importantes benefícios que a atividade turística proporciona às economias locais, tais como o aumento da atividade empresarial, a criação de emprego e o investimento em infraestruturas (Mathieson e Wall, 2006). Também se baseia nos impactos positivos no domínio ambiental e sociocultural, tais como a quebra de estereótipos, o intercâmbio cultural e a conservação e proteção dos recursos naturais (Nunkoo e Ramkissoon, 2011).

No espaço ibero-americano, as receitas do turismo internacional e do transporte de passageiros geraram aproximadamente 232.000 milhões de dólares em 2023, o que representou um valor de 2,8% do Produto Interno Bruto (PIB) da Ibero-América (ONU Turismo, 2024a). Para intensificar este impacto positivo da atividade turística, a maior parte dos governos ibero-americanos orientou a sua política de turismo para o aumento do número de chegadas de turistas e do volume de receitas através de vários instrumentos de política pública. Entre estes, contam-se ações de promoção e comunicação destinadas a posicionar os países no mercado internacional do turismo, investimentos dirigidos a

melhorar as infraestruturas e os serviços turísticos e incentivos à promoção da atividade empresarial.

No entanto, os destinos turísticos também sofrem o impacto negativo do turismo em termos ambientais, sociais e económicos. O aumento das chegadas de turistas internacionais exerce pressão sobre as comunidades locais e os territórios onde essas atividades se desenvolvem. As instituições e a sociedade estão cada vez mais conscientes da necessidade de abordar as externalidades negativas criadas pelo setor. Além disso, o turismo pode interagir com uma série de desafios contemporâneos, como as mudanças climáticas, a crise ecológica e as desigualdades sociais. Neste contexto, a transição para a sustentabilidade do desenvolvimento turístico torna-se cada vez mais relevante e urgente.

Embora o espaço ibero-americano apresente uma grande diversidade geográfica, económica, sociopolítica e setorial e os 22 países que o compõem tenham níveis de desenvolvimento, características estruturais e lógicas institucionais diferentes em termos de turismo, todos eles têm de abordar a questão da sustentabilidade como o principal eixo da sua política de turismo. O turismo pode representar uma grande oportunidade para o desenvolvimento sustentável da Ibero-América, na medida em que se trata de um setor capaz de criar emprego, redistribuir riqueza, dar coesão à sociedade, proteger o património cultural e reforçar as identidades culturais da região. Também pode ser capaz de contribuir para a proteção e conservação da biodiversidade e da riqueza dos seus ecossistemas. Para atingir essas metas, os governos dos diferentes países devem necessariamente prosseguir modelos de desenvolvimento turístico mais sustentáveis, que integrem as dimensões económica, social e ambiental de forma indivisível e transversal. O turismo deve ser concebido como um instrumento que melhore a qualidade de vida das sociedades locais em todas as suas dimensões, tendo também em conta a necessária conservação e proteção dos recursos naturais sem prejudicar o desenvolvimento das gerações futuras.

Neste contexto, a aprovação da Agenda 2030 em 2015 pelos países membros das Nações Unidas (United Nations, 2015) constitui a aposta internacional mais importante em torno do desenvolvimento sustentável, uma aposta a favor das pessoas, do planeta e da prosperidade. Através da definição dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e das suas 169 metas, a Agenda 2030 procura dar resposta às crises multidimensionais que afetam as sociedades contemporâneas. É um quadro transversal, multidimensional e indivisível que incorpora objetivos económicos, sociais e ambientais.

Uma das chaves para o sucesso desta aposta mundial é a apropriação por parte do conjunto dos agentes do compromisso e das responsabilidades partilhadas na promoção da sustentabilidade, da justiça e da paz. Entre todos eles, a Agenda 2030 destaca o papel dos Estados e insta-os a incorporar eficazmente os seus preceitos nas políticas públicas nacionais. No contexto ibero-americano, durante a realização em 2018 da XXVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo em La Antigua Guatemala, os 22 países ibero-americanos manifestaram a sua vontade política e o seu empenho em fazer avançar a sustentabilidade através da assinatura da Declaração da Guatemala (SEGIB, 2018a).

No mesmo ano, os 22 países confirmaram a relação estratégica entre a Agenda 2030 e o desenvolvimento do turismo na I Conferência Ibero-Americana de Ministros da Economia e do Turismo (SEGIB, 2018b). Posteriormente, em 2020, no âmbito da XXVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo e, especificamente, da XII Reunião Ministerial Ibero-Americana de Turismo, foram aprovadas as Linhas Estratégicas de Turismo e Desenvolvimento Sustentável na Ibero-América (LETDSI) (SEGIB, 2020). Entre as dez linhas estratégicas traçadas para o desenvolvimento sustentável do turismo, destaca-se a Linha Estratégica 2 “Transformação dos modelos turísticos”. Esta linha demonstra a necessidade de incorporar os princípios e valores da Agenda 2030 e dos ODS nas políticas ibero-americanas de turismo para alcançar modelos de desenvolvimento turístico mais sustentáveis na Ibero-América.

Ainda que o turismo seja especificamente destacado nos ODS 8, 12 e 14, o setor pode gerar um impacto significativo no progresso dos outros ODS. A ONU Turismo tem publicado documentos interessantes que recolhem boas práticas, recomendações ou sistemas para avaliar a integração da Agenda 2030 nas políticas públicas, em projetos ou iniciativas do setor privado, que podem ser consultados nas referências bibliográficas.





Objetivos

O principal objetivo do estudo é analisar e avaliar a integração da Agenda 2030 na concepção e implementação da política de turismo da Ibero-América.

Com base neste objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- **OE1.** Compreender a necessidade de promover modelos de desenvolvimento turístico sustentável na Ibero-América, modelos esses que tenham em conta os impactos positivos e negativos do turismo nas sociedades e espaços onde se desenvolve.
- **OE2.** Aprofundar a importância da Agenda 2030 como um quadro global que integra de forma indivisível as várias dimensões da sustentabilidade e compreender o seu papel fundamental na promoção do desenvolvimento do turismo sustentável na Ibero-América.
- **OE3.** Analisar a coincidência entre as abordagens associadas à Agenda 2030 e o conteúdo da política de turismo na Ibero-América.
- **OE4.** Explorar a integração real e transversal dos ODS na concepção da política de turismo do espaço ibero-americano.





Metodologia

Para responder ao objetivo proposto, efetuou-se um estudo exploratório descritivo baseado na análise do conteúdo da política de turismo de quatro países da região. Com base em critérios geográficos e setoriais, foram especificamente selecionados como objeto de estudo o Chile, a Colômbia, a República Dominicana e o México.

Por um lado, no que se refere ao critério geográfico, foi decidido selecionar pelo menos um país de cada sub-região da Ibero-América, a fim de abordar a diversidade do contexto ibero-americano. Por outro lado, com base em critérios turísticos, concordou-se em selecionar os países de acordo com a sua posição no ciclo de vida dos destinos (Butler, 1980). De acordo com esta teoria, tal como os produtos, os destinos turísticos têm uma evolução baseada em quatro etapas: introdução, crescimento, maturidade e declínio. Neste caso, o México e a República Dominicana foram escolhido por serem líderes indiscutíveis na sua sub-região, recebendo 45 e 6,4 milhões de turistas internacionais em 2019, respetivamente (ONU Turismo, 2020), bem como pela sua posição como destinos que podem ser considerados maduros, pelo menos no seu produto principal: “sol e praia”. Por sua vez, o Chile e a Colômbia, embora com volumes significativos de turistas internacionais dentro da sua sub-região, respetivamente de 4,5 e 4,1 milhões de turistas internacionais em 2019¹ (ONU Turismo, 2020), apresentam características que ainda os situam numa fase de crescimento da maior parte dos seus produtos turísticos. Por último, é de salientar que os quatro países têm um claro interesse político na sustentabilidade como eixo fundamental do seu futuro desenvolvimento turístico.



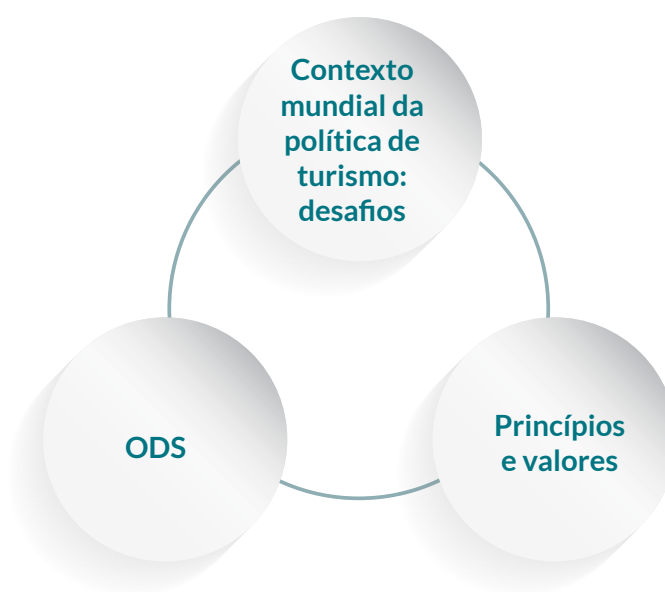
1. Foram tomados como referência os dados de 2019, uma vez que são os dados mais recentes, anteriores à pandemia da COVID-19. Prevê-se que todos os países recuperem estes valores ao longo de 2024.

A metodologia baseou-se em várias abordagens teóricas de grande relevância no domínio da análise das políticas públicas. Por um lado, foi utilizada a abordagem por fases (Parsons 2007), que nos permite centrar a análise na fase de conceção e definição da política de turismo. Por outro lado, foram muito úteis as teorias sobre a incorporação das ideias e o seu papel na mudança das políticas públicas (Hall, 1993; Zittoun, 2014), pois forneceram-nos uma base teórica para compreender e analisar a incorporação das propostas da Agenda 2030 na política de turismo.

Para realizar a análise da incorporação da Agenda 2030 na política de turismo, foram estudadas três dimensões de análise: i) o contexto global da política de turismo e a incorporação nela dos desafios da Agenda 2030; ii) a inclusão na política dos valores e princípios que constituem a abordagem global da Agenda 2030; e iii) a integração específica dos ODS e das suas metas no conteúdo da política de turismo (Figura 1).

Figura 1. Dimensões-chave para a análise da integração da Agenda 2030 na política de turismo

Fonte: elaboração própria.



Termos utilizados. A relevância da dimensão ambiental.

Depois de se definirem as três dimensões ou categorias, identificaram-se para cada uma de elas os termos-chave que permitem avaliar a incorporação da Agenda 2030 na política de turismo. Foi dada prioridade à inclusão de termos relacionados com a dimensão ambiental, a fim de destacar as boas práticas, oportunidades e desafios com que os países se deparam ao construir as suas políticas de turismo.

Tabela 1. Dimensões e variáveis para analisar a integração da Agenda 2030.

Contexto global da política de turismo: a integração dos desafios da Agenda 2030	Princípios e valores	ODS
1.1. Crise climática	2.1. Sustentabilidade	ODS global
1.2. Crise ecológica	2.2. Luta contra as mudanças climáticas	ODS1
1.3. Crise energética	2.3. Biodiversidade	ODS2
1.4. Desigualdade	2.4. Utilização eficiente dos recursos	ODS3
1.5. Pobreza	2.5. Transição ecológica	ODS4
1.6. Desigualdade de género	2.6. Direitos humanos	ODS5
1.7. Fragilidade institucional	2.7. Equidade social	ODS6
1.8. Impactos económicos negativos ligados à atividade turística.	2.8. Equidade de género	ODS7
1.8. Impactos ambientais negativos ligados à atividade turística.	2.9. Democracia	ODS8
1.9. Impactos socioculturais negativos ligados à atividade turística.	2.10. Paz	ODS9
	2.11. Responsabilidade	ODS10
	2.12. Comunidade local	ODS11
	2.13. Crescimento económico	ODS12
	2.14. Bem-estar social	ODS13
	2.15. Património cultural	ODS14
	2.16. Fortalecimento institucional / governação	ODS15
		ODS16
		ODS17

Fonte: elaboração própria com base em Ramos et al., (2024).

A dimensão ligada ao contexto global da política de turismo explora a integração dos desafios da Agenda 2030 na política de turismo do país em análise (Tabela 1). Esta questão é principalmente explorada nas secções dos planos dedicados ao diagnóstico. Os resultados da análise fornecerão informações sobre os desafios da Agenda 2030 - crise climática, desigualdade, pobreza, etc. - que foram integrados nos documentos orientadores da política de turismo de cada país, bem como a relevância dada a cada uma dessas variáveis. Por sua vez, a dimensão ligada aos valores e a dimensão ligada aos ODS e as suas metas são analisadas nas secções dos planos que definem os objetivos e as propostas de linhas estratégicas e ações a desenvolver (Tabela 1). Assim, as duas categorias ou dimensões permitem aprofundar na integração da Agenda 2030 no desenho e implementação da política turística.

Relativamente aos instrumentos de política de turismo que constituem o objeto de estudo, e por limitações de tempo, optou-se por analisar os documentos programáticos orientadores a nível nacional que estiveram em vigor no período 2021-2024 (Tabela 2). É de notar que a restrição de avaliar apenas os documentos orientadores implica uma limitação dos resultados do estudo, uma vez que a política de turismo dos países é também constituída por outros instrumentos de política pública. Nesse sentido, seria aconselhável que em investigações futuras se alargasse o âmbito do estudo.



Tabela 2. Documentos de política de turismo analisados por país.

País	Documento	Período
Chile	Estratégia Nacional de Turismo Sustentável 2035 (Subsecretaria de Turismo do Chile e PNUD, 2024)	2024-2035
Colômbia	Plano Setorial de Turismo 2022-2026. Turismo em Harmonia com a Vida (Ministério do Comércio, Indústria e Turismo, 2022)	2022-2026
México	Programa Setorial de Turismo 2020-2024 (SECTUR, 2020)	2020-2024
República Dominicana	Plano Estratégico Institucional MITUR 2021-2024 (PEI) (Ministério do Turismo, 2021)	2021-2024

Fonte: elaboração própria.

Os documentos foram analisados sistematicamente em torno das dimensões e variáveis ou termos acima indicados, utilizando o software Atlas.ti. v.23. Desta forma, foi identificado e contabilizado o número de menções de cada termo nos documentos analisados.







A integração da Agenda 2030 na política de turismo do Governo do Chile

O Chile é um país com grande potencialidade para o desenvolvimento turístico. Com uma extensão aproximada de 4.300 km de norte a sul, o país apresenta uma diversidade geográfica notável que se reflete na riqueza das suas paisagens e na variedade das suas expressões culturais.

4.1

Contexto global da política de turismo do Governo do Chile: a integração dos desafios da Agenda 2030

Em 2023, as atividades relacionadas com o turismo contribuíram diretamente com 3,5% do PIB nacional, criando cerca de 620 mil postos de trabalho, o que representou 6,8% do emprego total (Subsecretaria de Turismo do Chile e PNUD, 2024). Em termos de chegadas de turismo internacional, nos últimos anos o Chile tem apresentado um comportamento variável na quantidade de turistas internacionais. O máximo registado foi atingido em 2017, com um total de 6,5 milhões de turistas; nos anos seguintes, no entanto, observou-se uma diminuição destes números. Em 2019, antes da crise da COVID-19, o país recebeu 4,5 milhões de turistas internacionais e obteve receitas turísticas no valor de 2.302 milhões de USD. A crise da COVID-19 teve um grande impacto na atividade turística

chilena, com o volume de chegadas a cair para os 191.000 em 2021. Até 2024, a recuperação da atividade turística foi desigual em termos de volume de turistas internacionais e de receitas do turismo. Por um lado, ainda não foram alcançados os valores anteriores à pandemia em número de turistas internacionais; em 2026, o Chile recebeu 3,7 milhões de turistas internacionais. Por outro lado, foram ultrapassados os valores anteriores à COVID-19 em termos de receitas do turismo, atingindo 2.403 milhões de dólares (ONU Turismo, 2024a). A enorme diversidade natural e cultural do país sugere que o turismo no Chile ainda tem um longo caminho a percorrer, não só para promover e desenvolver a atividade nas diferentes regiões do país, mas também como motor de criação de bem-estar social, redistribuição de riqueza e valorização da biodiversidade e do património cultural.

Neste sentido, o governo do Chile publicou a sua Estratégia Nacional de Turismo Sustentável 2035 (Subsecretaria de Turismo do Chile e PNUD, 2024) (a seguir designada por Estratégia 2035) com a seguinte visão:

“Até 2035, o Chile será reconhecido por consolidar o turismo como uma atividade estratégica e essencial para o desenvolvimento sustentável das suas regiões, contribuindo para o bem-estar das pessoas e comunidades, para a conservação do ambiente e para o crescimento económico”

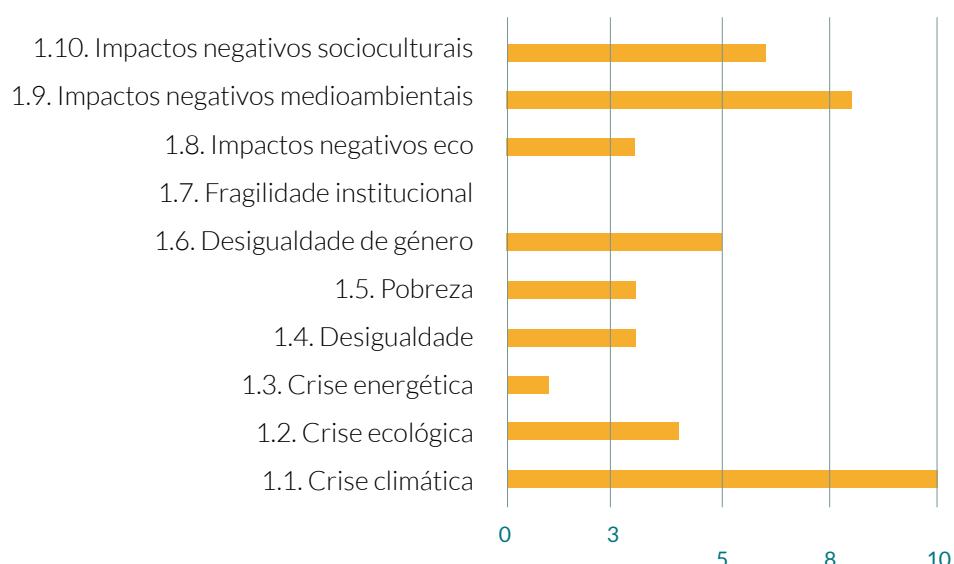
(Subsecretaria de Turismo do Chile e PNUD, 2024, p.82).

A política estabelece um horizonte até 2035, que representa uma projeção a longo prazo destinada a promover a sustentabilidade. Participaram na elaboração desta política mais de 2.000 pessoas, representando os diferentes grupos de interesse do sistema de turismo chileno: setor público, setor privado, profissionais especializados no setor, ONG e sociedade civil. Todos eles colaboraram nas diferentes mesas redondas e workshops realizados em todas as regiões, em torno de vários temas e em todas as fases de conceção do documento orientador.

Ao analisar a integração dos desafios da Agenda 2030 na Estratégia 2035, observa-se que a Estratégia integra claramente alguns dos desafios identificados pela Agenda 2030 na sua abordagem. Entre eles, sublinha especialmente o reconhecimento da crise climática e, em particular, a relação bilateral entre o turismo e as mudanças climáticas. Por um lado, a Estratégia 2035 reconhece de forma explícita o impacto que o setor do turismo provoca no clima, especificando que a atividade turística é responsável por 8,2% de todas as emissões de CO₂ do Chile (Subsecretaria de Turismo do Chile e PNUD, 2024). Por outro lado, reconhece a vulnerabilidade do país às mudanças climáticas, bem como os significativos impactos negativos que estas podem ter na biodiversidade do país, bem como nas infraestruturas, na segurança e na perda de atrações turísticas.

É de notar que este reconhecimento da importância e da urgência da crise climática é complementado pela ênfase que a Estratégia 2035 atribui à crise ecológica e aos impactos negativos que o desenvolvimento do turismo pode criar no contexto ambiental.

Gráfico 1. Presença dos desafios da Agenda 2030 na política de turismo do Governo do Chile (medida em número de menções).



Fonte: elaboração própria.

A Estratégia 2035 também aborda os desafios da Agenda 2030 relacionados com as pessoas. Concretamente, a desigualdade, a pobreza e a desigualdade de género assumem importância no diagnóstico dos desafios colocados à política de turismo chilena. Destaca a identificação do papel fundamental desempenhado pelas mulheres no setor do turismo, especialmente em termos da sua contribuição para o emprego no turismo, bem como as possíveis desigualdades que possam estar a ocorrer neste domínio.

As comunidades locais também têm um papel importante no documento. A Estratégia 2035 sublinha a importância destas comunidades para o desenvolvimento do turismo e também os possíveis impactos negativos que a atividade turística poderá chegar a ter na sua qualidade de vida e/ou identidade cultural.

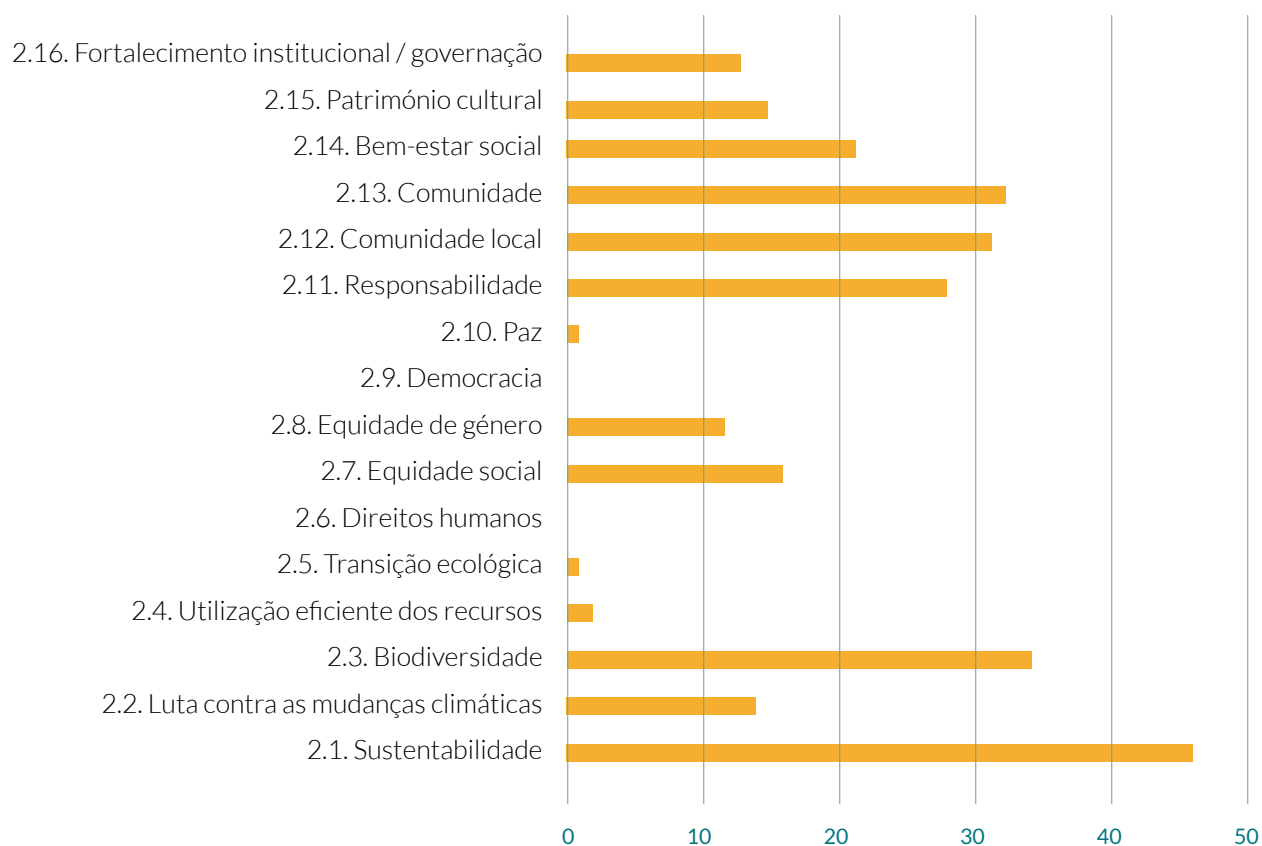
Finalmente, o diagnóstico inclui uma secção específica sobre a estrutura institucional, na qual são identificados os principais quadros, lógicas e mecanismos de governação do turismo no país. Além disso, tal como se demonstrará nas seguintes secções do presente estudo, a procura de uma melhor governação multinível no turismo é um dos pilares prioritários formulados na Estratégia 2035.

4.2

Valores e princípios da política de turismo do Governo do Chile em relação à Agenda 2030

Ao analisar a integração dos princípios da Agenda 2030 na política de turismo do Governo do Chile, é de salientar que a Estratégia 2035 aborda uma grande diversidade destes valores, apesar de os incorporar com diferentes intensidades. O princípio mais presente é o relacionado com a sustentabilidade. Ao longo de toda a Estratégia 2035, a transição para o turismo sustentável constitui um dos principais desafios dos agentes públicos e dos restantes intervenientes que compõem o sistema turístico do Chile. A sustentabilidade é precisamente um dos seis princípios transversais que definem o roteiro da Estratégia 2035. Desta forma, a sustentabilidade tem um carácter transversal em todas as estratégias e ações do plano.

Gráfico 2. Presença dos valores e princípios ligados à Agenda 2030 na política de turismo do Governo do Chile (medida em número de menções).



Fonte: elaboração própria.

Paralelamente, o conceito de crescimento está também presente na Estratégia 2035. Neste caso, embora identifique o aumento das chegadas de turistas e a promoção do turismo em zonas pouco desenvolvidas, a Estratégia 2035 aposta num crescimento equilibrado que leve em conta os impactos gerados pelo turismo tanto sob o ponto de vista ambiental como sociocultural.

São também particularmente reconhecidos na Estratégia 2035, os princípios relacionados com a conservação e proteção da biodiversidade, a importância das comunidades locais no desenvolvimento do turismo, a responsabilidade dos vários agentes envolvidos na procura de um turismo mais equilibrado, a equidade social e a igualdade de género. Em particular, todos eles constituem os princípios orientadores da Estratégia 2035, juntamente com a sustentabilidade. O documento menciona especificamente: a descentralização, a participação, a conservação do património natural, cultural e gastronómico, a inclusão, a equidade e a igualdade de género.

A conservação e proteção da biodiversidade e a importância das comunidades locais no desenvolvimento do turismo não só aparecem nos princípios transversais da estratégia, mas estão também ligadas ao Pilar “Turismo sustentável” e a metas específicas que avaliam a gestão das áreas naturais protegidas e a incorporação das comunidades e dos destinos nos programas sociais de Turismo Interno. É igualmente de salientar o importante papel que a Estratégia 2035 atribui à melhoria da democracia, estabelecendo a governação setorial do turismo como um dos seis pilares estratégicos definidos na Estratégia 2035.

A procura da equidade social é integrada em todo o plano, fundamentalmente através da distribuição territorial da atividade turística por todo o país, da incorporação das comunidades locais nos benefícios do turismo e da inclusão de um maior volume de população nos programas sociais de Turismo Interno. Estas duas últimas questões estão também refletidas em duas das seis metas estratégicas estabelecidas na Estratégia 2035.

Por outro lado, a necessidade de melhorar os direitos e as oportunidades das mulheres no contexto do desenvolvimento do turismo é também uma questão relevante para a política de turismo chilena, embora não apareça especificamente nos pilares ou metas, nem se proponha qualquer indicador que permita avaliar os progressos neste domínio.

A luta contra as mudanças climáticas também ocupa um lugar de destaque na agenda governamental chilena, dada a especial vulnerabilidade do país às consequências da crise climática. A Estratégia 2035 integra a luta contra as mudanças climáticas através de estratégias de mitigação e adaptação como um dos principais desafios do país, em coerência com o Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas para o setor do turismo (Subsecretaria de Turismo do Chile, 2019). Por último, outros valores conexos, como os relacionados com os direitos humanos e a paz, têm uma presença mais limitada na Estratégia 2035.



4.3

Os ODS na política de turismo do Governo do Chile

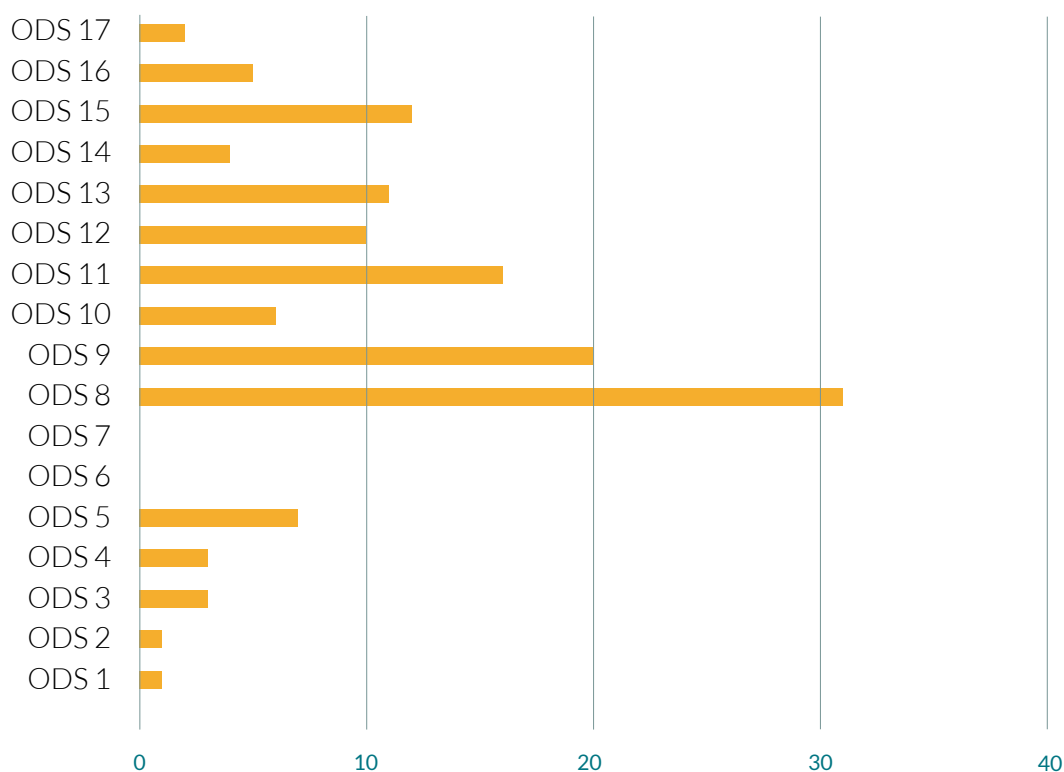
No que respeita à integração dos ODS na política de turismo do Governo do Chile, observa-se que na Estratégia 2035 os vários ODS são abordados com diferentes graus de profundidade. Em geral, a incorporação dos ODS realiza-se fundamentalmente através da definição de pilares e linhas estratégicas, embora apenas em alguns deles se estabeleçam medidas ou instrumentos concretos que ajudem a alcançar os ODS.

O ODS que tem maior presença em todo o documento orientador é o ODS 8 (Trabalho digno e crescimento económico), ligado à necessidade de o turismo se desenvolver no Chile como um setor estratégico para a sua economia e, portanto, com um volume e uma relevância maiores do que até agora. Neste sentido, vale a pena destacar que, embora esta visão se centre no crescimento económico, fá-lo a partir de perspetivas baseadas na sustentabilidade. Especificamente, a política de turismo do Governo do Chile tem entre os seus quatro objetivos estratégicos a melhoria da competitividade do setor turístico chileno “através da articulação intersectorial, salvaguardando o crescimento sustentável e equitativo, e do impacto no desenvolvimento produtivo regional” (Subsecretaria de Turismo do Chile e PNUD, 2024, p.84).

Paralelamente, ligados ao ODS 8, o ODS 9 (indústria, inovação e infraestruturas), o ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e o ODS 12 (produção e consumo responsáveis) têm uma presença reiterada no documento, demonstrando a inter-relação entre estes quatro ODS. Em concreto, três dos seis grandes pilares de ação da Estratégia 2035 referem-se a estes ODS. Nomeadamente, o Pilar 4 “Inteligência e planificação do turismo”; Pilar 5 “Ecossistemas produtivos de elevado impacto”; e Pilar 6 “Investimento no turismo ecológico”. A presença destes ODS e a inter-relação entre eles observa-se também na definição das metas a atingir pela Estratégia 2035: três das seis metas referem-se ao crescimento económico e são avaliadas através de indicadores, tais como: o aumento do número de chegadas e dormidas; o aumento do emprego em Atividades Características do Turismo; e o aumento do volume de receitas do turismo no país.



Gráfico 3. Presença dos ODS na política de turismo do Governo do Chile (medida em número de menções).



Fonte: elaboração própria.

Para além do crescimento e da competitividade, os restantes objetivos estratégicos da Estratégia 2035 referem-se a: i) alargar o acesso aos benefícios do turismo; ii) aumentar o impacto positivo nas comunidades locais; e iii) conservar e proteger o ambiente. Estes objetivos estratégicos estão ligados à presença no documento orientador do ODS 10 (redução das desigualdades), do ODS 13 (ação climática) e do ODS 15 (vida na terra) e concentram-se principalmente nas várias propostas apresentadas no Pilar 2 sobre “Turismo sustentável”. Este pilar especifica as linhas estratégicas relacionadas com o bem-estar das comunidades locais, o turismo inclusivo e acessível, o compromisso das empresas com a sustentabilidade, a gestão do turismo em áreas protegidas e a ação climática.

No que se refere às comunidades e à luta contra a desigualdade, a Estratégia 2035 menciona explicitamente “a inclusão dos residentes e das comunidades nas decisões e oportunidades existentes em torno do turismo”. Trata-se de um passo fundamental na transição para modelos de desenvolvimento turístico mais sustentáveis, empenhados em melhorar a qualidade de vida das comunidades locais e em envolver a cidadania na conceção, aplicação e avaliação da política de turismo.

O acompanhamento e a avaliação dos resultados deste pilar são, no entanto, mais difusos do que no caso dos indicadores de avaliação ligados à esfera económica. Os objetivos estratégicos propostos são avaliados através de um indicador que mede a inclusão de determinadas comunidades/destinos nos programas sociais de Turismo Interno ou, no caso do ODS 15, de um indicador que avalia a valorização do capital natural em áreas protegidas.

Além disso, é de salientar a existência de uma linha específica dedicada à “Ação climática proativa”, que visa reduzir a pegada climática e adaptar os destinos e as empresas ao impacto das mudanças climáticas. Na sequência da definição da crise climática como um desafio que tem de ser enfrentado pela política de turismo, especifica que o Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas, elaborado em 2019 em conjunto com o Ministério do Ambiente do Chile, será atualizado (Subsecretaria de Turismo do Chile, 2019).

No que se refere ao ODS 5 (igualdade de género), a Estratégia 2035 também incorpora a luta pela igualdade de género na Linha dedicada ao “Capital humano especializado e emprego de qualidade”. Neste caso, pretende:

«Oferecer oportunidades de emprego de qualidade, aumentando a formalização e diminuindo os problemas de desigualdade e segurança no trabalho, com especial destaque para os jovens, mulheres e pessoas LGBTIQ+, assegurando um crescimento inclusivo e equitativo».

(Subsecretaria de Turismo do Chile, 2024, p.137).

Destaca também a presença do ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes) e do ODS 17 (parcerias para alcançar os objetivos) que estão integrados na Estratégia através do Pilar 1 sobre “Governança setorial” e no qual se propõe o reforço dos regulamentos e instituições do Estado, a promoção da governação interinstitucional, descentralizada e multisetorial, bem como a participação dos diversos agentes na conceção, implementação e avaliação da política de turismo.

Por último, no que diz respeito ao acompanhamento e avaliação da Estratégia 2035, é de referir que o próprio Plano propõe a necessária monitorização através da elaboração de um relatório anual por pilar estratégico com indicadores de acompanhamento, bem como a participação dos vários agentes no acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos pela Estratégia 2035. Sem dúvida, o desenvolvimento deste acompanhamento é fundamental para avaliar os progressos efetuados nos vários desafios com que o turismo do Chile se depara.





A integração da Agenda 2030 na política de turismo do Governo da Colômbia

O vasto património cultural e natural da Colômbia tornam-na um país com grande potencial turístico.

5.1

Contexto global da política de turismo do Governo da Colômbia: a integração dos desafios da Agenda 2030

O vasto património cultural e natural da Colômbia tornam-na um país com grande potencial turístico. Na sequência do Acordo de Paz assinado em 2016 para pôr fim ao conflito entre as FARC e o Estado colombiano, o turismo é reconhecido pelo Governo da Colômbia como um setor fundamental para a construção de um cenário de paz, estável e duradouro, bem como para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da sociedade.

EO turismo colombiano demonstrou grande resiliência face à crise da COVID-19, ultrapassando os valores anteriores à pandemia já em 2022, tanto em termos de chegadas de turistas internacionais quanto de receitas do turismo internacional. Em 2023, a Colômbia recebeu 5,6 milhões de turistas internacionais e um total de 7.557 milhões de USD, com uma receita por turista de 1.342 UDS, acima da média mundial de 1.174 USD (ONU Turismo, 2024a).

O documento orientador da política de turismo da Colômbia é, desde 2022, o Plano Setorial de Turismo 2022-2026. Turismo em Harmonia com a Vida (a seguir designado por Plano Setorial) (Ministério do Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia, 2022). Este Plano destaca-se por fazer uma reflexão profunda sobre os desafios com que o turismo da Colômbia é confrontado, tanto os decorrentes do contexto mundial quanto os que o próprio país enfrenta, dadas as suas características políticas, institucionais, económicas, sociais, ecológicas ou as da estrutura do setor turístico. É também de salientar a proposta pormenorizada do Plano Setorial, que estabelece quatro eixos estratégicos com os seus respetivos objetivos, indicadores, programas, projetos e ações.

Para analisar os desafios da Agenda 2030 presentes no Plano Setorial, importa referir que o Plano identifica os desafios globais com que a sociedade contemporânea se confronta: i) mudanças climáticas; ii) mudanças demográficas; iii) mudanças tecnológicas; e iv) equidade. Além disso, identifica os desafios próprios do turismo e menciona especificamente a necessidade de mudanças nos modelos de desenvolvimento turístico hegemónicos, a fim de conseguir a transição para modelos mais sustentáveis. Em concreto, o Plano propõe o chamado turismo regenerativo como uma referência para a Colômbia:

«Se busca plantear una nueva relación armónica entre el individuo, la naturaleza y la sociedad, entendiendo al mundo como un organismo vivo, integrado en una relación de coevolución con la naturaleza, donde las comunidades locales se organicen desde una identidad propia y desde el sentido del lugar, buscando generar salud ecológica, bienestar personal, social y económico».

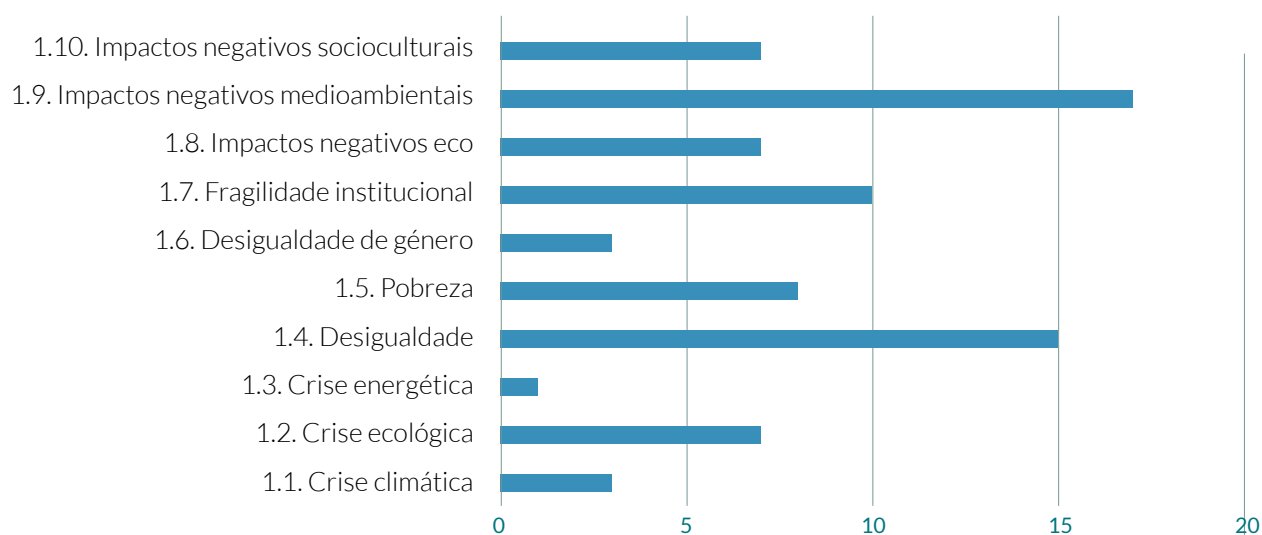
(Araneda, 2022 en Ministerio de Comercio, Industria y Turismo de Colombia, 2022, p.19).

Partindo desta premissa, o Plano Setorial destaca a desigualdade e a pobreza acima de todos os outros desafios. A desigualdade é identificada a partir de vários ângulos: territorial, social, digital, de género, por deficiência ou ligada às pessoas em risco de exclusão. O documento reconhece a distribuição desigual do turismo no território colombiano e a exclusão que alguns territórios sofreram devido às suas ligações ao conflito armado. No que respeita à desigualdade de género, a identificação desta desigualdade e a sua relação com a pobreza assumem uma particular importância.

O Plano também chama a atenção para a desigualdade de gênero existente no mercado de trabalho do turismo, afirmando, por exemplo, que na contratação as mulheres enfrentam taxas de informalidade mais elevadas do que os homens. Salienta igualmente a desigualdade no acesso às atividades de lazer relacionadas com o turismo.

Outro grande desafio presente na agenda de turismo do Governo da Colômbia está relacionado com a fragilidade institucional. De acordo com o Plano Setorial, esta fragilidade influenciou negativamente a conceção e a aplicação de políticas de turismo integradas e coerentes no país. O Plano Setorial refere a limitada aposta estratégica no turismo dos governos anteriores, uma questão que se traduz numa dotação orçamental insuficiente. As consequências destas limitações manifestam-se na falta de estratégias e de capacidade de gestão, na deficiente governação interadministrativa e multinível com os diferentes territórios, na escassa articulação com os agentes envolvidos no sistema turístico e, sobretudo, na irrelevante participação das comunidades locais na tomada de decisões.

Gráfico 4. Presença dos desafios da Agenda 2030 na política de turismo do Governo da Colômbia (medida em número de menções).



Fonte: elaboração própria.

A crise ecológica assume uma grande importância no Plano Setorial. O documento incorpora de forma significativa o impacto negativo que a atividade turística pode provocar no ambiente: perda de biodiversidade; aumento do consumo de energia não renovável; aumento da pegada

ecológica devido ao maior consumo de fatores de produção; geração de um maior volume de resíduos; aumento do consumo de água; e dificuldades na gestão das águas residuais. Por sua vez, o documento também aborda a crise climática. Por um lado, especifica que a Colômbia está entre os 40 países com maior volume de emissões de gases com efeito de estufa. Por outro lado, reconhece que, apesar de não existirem dados específicos, o turismo é um dos setores que gera maiores níveis de emissões de CO² do país, especialmente devido ao transporte aéreo.

Um aspeto muito importante do Plano é o facto de reconhecer o impacto negativo que o desenvolvimento do turismo pode exercer nas dimensões sociocultural e económica. Em concreto, o Plano Setorial aponta para “a presença de práticas no turismo pouco respeitadoras, comprometidas e sustentáveis face ao território, à sua população e a outras partes interessadas, bem como a falta de aplicação de ferramentas e boas práticas de comércio justo e de consumo responsável no setor” (Ministério do Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia, 2022, p.37). Também refere a existência de estereótipos associados à pobreza e à exploração sexual e comercial de meninas, meninos e adolescentes.

Por último, identifica algumas fragilidades no domínio económico, como as relacionadas com as condições de trabalho no setor do turismo: “salários mais baixos, sobrecarga de trabalho, horários de trabalho prolongados, reduzido acesso à oferta de vários benefícios profissionais e outros” (Ministério do Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia, 2022, p.56).



5.2

Valores e princípios da política de turismo do Governo da Colômbia em relação à Agenda 2030

O objetivo geral do Plano Setorial consiste em:

«Construir capacidades para consolidar o desenvolvimento sustentável e responsável do turismo no país, melhorando as práticas de inclusão e inovação realizadas por entidades governamentais, empresas, comunidades e territórios, e reforçando as oportunidades de criação de valor social e económico na oferta turística, para aumentar o número de viajantes e o reconhecimento do turismo do país».

(Ministério do Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia, 2022, p.47).

Para além da definição deste objetivo, o Plano Setorial incorpora em todo o documento uma grande parte dos preceitos que regem a Agenda 2030. De entre a totalidade dos valores presentes no Plano, destaca-se, em particular, o conceito de sustentabilidade, que desempenha um papel significativo e transversal na definição de dois dos quatro objetivos e em várias das estratégias e linhas de ação propostas. Acresce que um dos programas é especificamente dedicado ao “Desenvolvimento sustentável”. A este respeito, é de salientar a abordagem inovadora da competitividade e da produtividade que o Vice-Ministério do Turismo descreve no prólogo do Plano:

«O nosso grande desafio é passar de um modelo baseado na competitividade, onde o ser humano é considerado um fator de produção, para um modelo centrado no desenvolvimento das capacidades humanas, maximizando o bem-estar e restaurando as relações com a natureza, os outros e o ambiente».

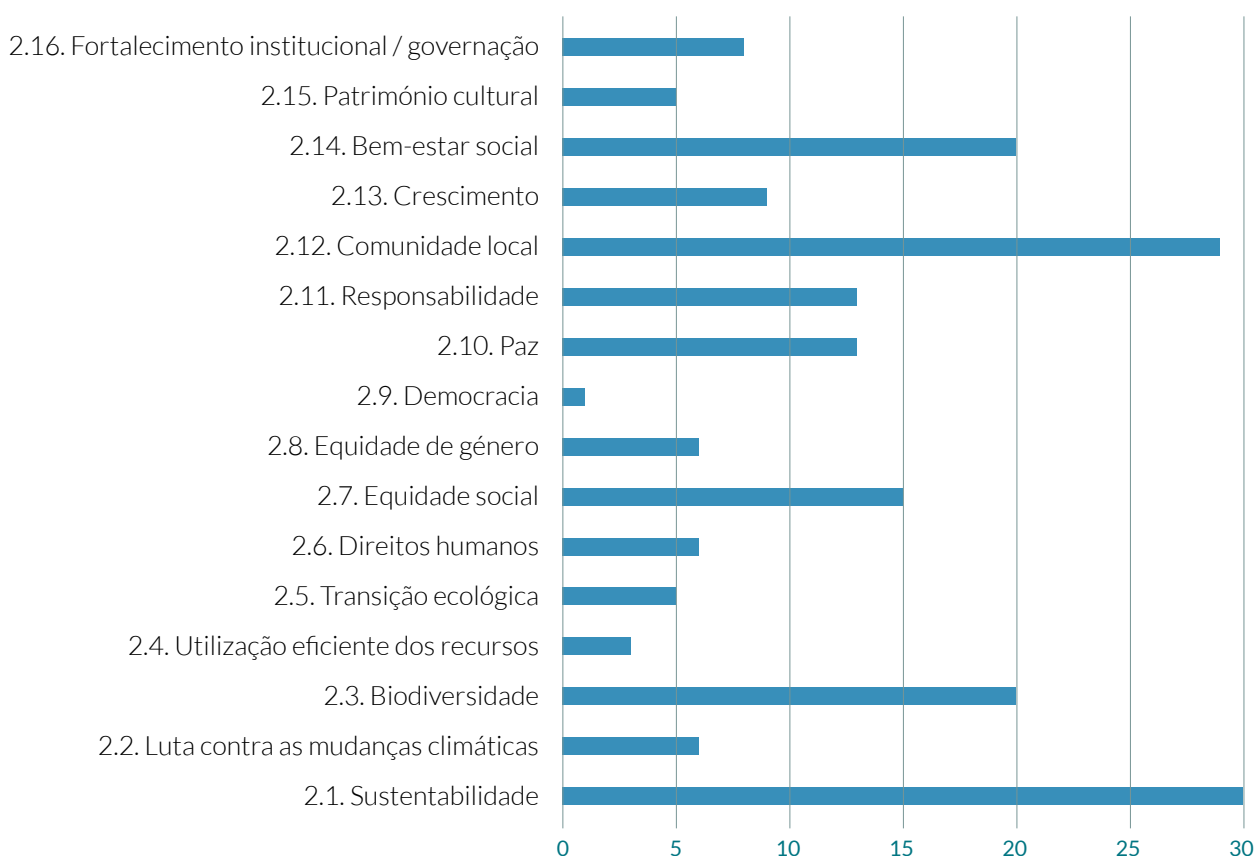
(Ministério do Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia, 2022, p.5).

Assim, o conceito de crescimento económico não é muito abordado no documento, sendo o “Turismo, transição económica e proteção da natureza” estabelecido como terceiro eixo estratégico, mas sempre ligado à proteção dos ecossistemas. No entanto, a este respeito convém notar que o objetivo do plano está relacionado com cenários de crescimento. Em

particular, são propostos três cenários futuros em função do volume de visitantes e o objetivo geral do plano é a criação de 300.000 novos postos de trabalho até 2026, data prevista para a conclusão do plano.

No que respeita às dimensões social e ambiental, estas são integradas de forma equilibrada. Relativamente aos valores ligados à componente social, o documento reconhece o papel fundamental das comunidades locais no desenvolvimento do turismo. Em particular, o Plano faz uma menção especial a vários grupos historicamente excluídos devido ao conflito com as FARC, bem como às populações indígenas. Além disso, o Plano defende repetidamente a incorporação das comunidades locais na atividade turística, apostando na sua integração como participantes ativas na cadeia de valor do setor turístico, sendo também as principais recetoras dos benefícios gerados por esse setor. Propõe igualmente empoderar as comunidades locais para que se tornem protagonistas na tomada de decisões sobre o futuro dos seus territórios. A este respeito, é importante salientar que, embora o plano afirme que foi elaborado com a participação de vários grupos, nem os intervenientes envolvidos nem o processo participativo desenvolvido para a sua elaboração são mencionados em pormenor.

Gráfico 5. Presença dos valores e princípios ligados à Agenda 2030 na política de turismo do Governo da Colômbia (medida em número de menções).

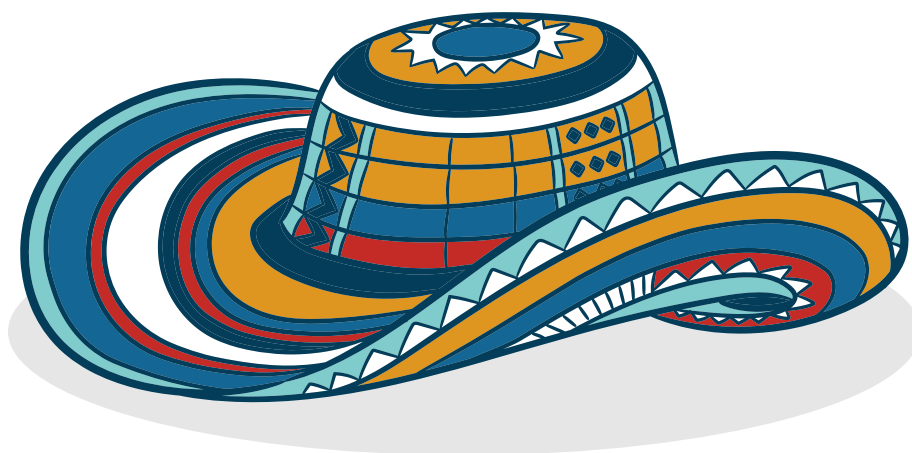


De um modo geral, o Plano destaca em várias ocasiões a capacidade do turismo para contribuir para a paz, o desenvolvimento humano e a criação de bem-estar social. Refere também a necessidade de abrir espaços de diálogo em torno dos direitos humanos e da implementação de estratégias de prevenção da exploração sexual e comercial de meninas, meninos e adolescentes.

No caso da igualdade de género, embora o conceito não tenha uma presença significativa, são apresentadas linhas de ação concretas para trabalhar nesse domínio. A conservação e proteção da biodiversidade surge com o mesmo nível de intensidade que a geração de bem-estar social, sendo outro dos compromissos mais importantes do Plano. A agenda governamental dá prioridade a esta questão, consciente da necessidade de proteger o património natural e de gerir os possíveis impactos do desenvolvimento turístico nesse património. Propõe novas formas de relacionamento com a natureza e, neste sentido, importa realçar a inclusão de linhas de ação ligadas ao bem-estar animal. Embora também figurem no documento, têm menor incidência os valores relacionados com a redução e adaptação às mudanças climáticas, a eficiência na utilização dos recursos e a transição ecológica.

Por último, e no que respeita ao reforço institucional, o Plano Setorial estabelece, entre os seus quatro objetivos estratégicos, o de reforçar a governação do turismo. Para alcançar este objetivo, o eixo 2 “Territórios turísticos para a equidade e o bem-estar” integra um programa de governação e política de turismo e outro de conceção de instrumentos e ferramentas de planificação turística.

**«Territórios
turísticos para
a equidade e o
bem-estar»**



5.3

Os ODS na política de turismo do Governo da Colômbia

O Plano Setorial menciona a Agenda 2030 e os ODS, propondo a criação de um projeto específico, denominado “Missão 2030 para o turismo”, que visa contribuir para a realização dos ODS através do turismo. Especificamente, estabelece que:

«O programa Missão 2030 para o turismo consiste na formação de um grupo de trabalho nacional que crie uma estratégia com visão transformadora para o desenvolvimento sustentável do turismo. A sua principal finalidade é contribuir para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos compromissos acordados na agenda 2030 Colômbia, para os quais deverá definir um plano de ação que promova sociedades em paz, justas e com equidade social. Este programa procurará que o turismo fomente o desenvolvimento de capacidades humanas, o bem-estar social e económico e, em particular, a proteção da natureza».

(Ministério do Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia, 2022, p.103)



2. A meta 8.9 estabelece que:

“Até 2030, desenvolver e aplicar políticas para promover um turismo sustentável que crie emprego e promova a cultura e os produtos locais”.

3. A meta 12b refere-se a:

“Desenvolver e aplicar instrumentos para monitorizar o impacto no desenvolvimento sustentável, a fim de alcançar um turismo sustentável que crie emprego e promova a cultura e os produtos locais”.

A integração dos ODS no documento é ligeiramente desequilibrada; alguns ODS têm uma presença significativa ao passo que outros têm uma relevância mais limitada.

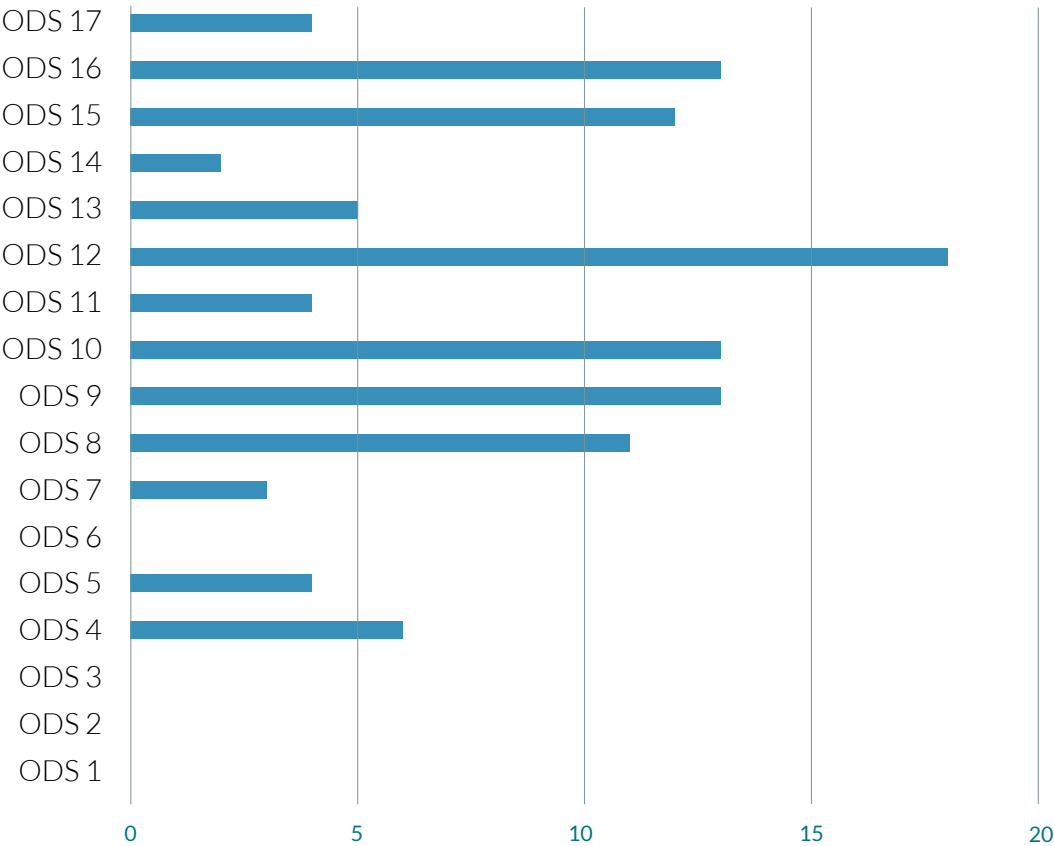
O ODS com maior presença é o ODS 12 (produção e consumo responsáveis). O Plano Setorial estabelece que “O MinCIT estabelecerá e promoverá atividades com os agentes do setor do turismo para os sensibilizar sobre o seu papel estratégico na realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, dando uma ênfase especial às metas 8.9  y 12b ” (Ministério do Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia, 2022, p.104). Desta forma, o Plano propõe projetos e ações indicativas ligadas às metas do ODS 12 em três dos seus quatro eixos. Mais concretamente, propõe a promoção de práticas mais éticas e sustentáveis em toda a cadeia de valor do setor do turismo; a promoção de ações de economia circular nas empresas; e

a identificação e o reconhecimento dos fornecedores que oferecem experiências e produtos locais baseados no slow tourism ou no bem-viver, bem como a criação de uma marca específica para esses fornecedores. Também prevê ações destinadas aos visitantes e turistas, tais como a criação de um programa de comunicação específico para fomentar o consumo de produtos locais.

No que respeita à promoção do ODS 8 (trabalho digno e crescimento económico), o objetivo geral do Plano é fomentar o turismo como gerador de valor económico e social sem negligenciar a proteção ambiental. O objetivo setorial do Plano 2026 é criar 300.000 novos postos de trabalho até 2026. Com base nesta premissa, o Plano incorpora o ODS 8 de forma transversal nos seus objetivos específicos e eixos estratégicos, bem como em vários projetos e ações indicativas. A sua finalidade é redistribuir a atividade turística por territórios tradicionalmente excluídos, melhorar a produtividade do setor e aumentar o volume de visitantes e turistas. A este respeito, é de notar que a abordagem do Plano consiste em alcançar estes objetivos através da promoção de um turismo sustentável, responsável e regenerativo. Mais uma vez, tal como nas políticas de turismo de outros países, o ODS 8 está fortemente ligado ao ODS 9 (indústria, inovação e infraestruturas). Neste sentido, existem dois programas específicos no âmbito do Eixo 2 “Territórios turísticos para a equidade e o bem-estar”, destinados a melhorar as infraestruturas e a conectividade do país.

Após o fim do conflito armado na Colômbia, o ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes) foi incorporado na política de turismo desse país. O Plano Setorial inclui um eixo específico, o Eixo 1, sobre “Democratização do turismo como força transformadora de uma cultura de paz”, que inclui o programa “Territórios turísticos de paz”, para promover o turismo como veículo de construção de uma cultura de paz. Propõe ainda ações para a ressignificação da memória histórica, a identificação de lugares importantes para o processo de construção da paz, a criação de experiências turísticas em torno da paz e a criação de um código ético para os territórios de paz. Trata-se, sem dúvida, de práticas que podem ser úteis para outras regiões ou países que estejam a passar por processos semelhantes. No entanto, seria aconselhável incluir no documento orientador indicadores que permitam avaliar os progressos realizados pelos programas e projetos.

Gráfico 6. Presença dos ODS na política de turismo do Governo da Colômbia (medida em número de menções).



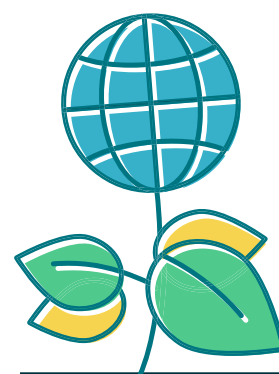
Fonte: elaboração própria.

Os ODS relacionados com o ambiente também estão integrados no Plano Setorial, sobretudo através do Eixo 3 “Turismo como alternativa para a transição económica e a proteção da natureza”. Há uma presença muito significativa do ODS 15 (vida na terra), propondo-se projetos para evitar a desflorestação através da criação de acordos participativos, a criação de planos para a gestão de espaços naturais e a integração do turismo, bem como Soluções Baseadas na Natureza ⁴. É de salientar que a política de turismo do Governo da Colômbia incorpora o ODS 14 (vida na água). Embora a sua presença seja minoritária, note-se que existem projetos e ações indicativas específicas para a proteção e conservação da vida na água. Concretamente, o Plano Setorial sugere promover a planificação turística em torno da água, com princípios de responsabilidade e sustentabilidade. Por último, o Plano Setorial integra também o ODS 13 (ação climática), a fim de reduzir a pegada de carbono do setor do turismo, bem como de o adaptar a potenciais crises resultantes das mudanças climáticas. A este respeito, recomenda ações para o reforço de práticas sustentáveis nas empresas de aviação comercial; a promoção de planos de

adaptação às mudanças climáticas e de gestão de riscos; e a adequação das infraestruturas verdes às características do território em função da sua vulnerabilidade às mudanças climáticas. Algumas destas ações estão ligadas ao ODS 7 (energia acessível e limpa), para as quais propõe ações relacionadas com as energias renováveis e não poluentes.

Por último, e no que respeita a outros ODS, é de referir que o ODS 10 (redução das desigualdades) também tem uma presença significativa. A política de turismo do Governo da Colômbia tem como objetivo, entre outras questões, melhorar o bem-estar dos seus cidadãos. Neste sentido, um dos programas propostos no Eixo 2 “Turismo alternativo para a transição económica e a proteção da natureza” está ligado à “Economia popular, comunitária e solidária para o turismo”. Note-se que, para além deste programa, a maior parte dos projetos e ações propostos neste domínio visam a inclusão nas viagens de pessoas em risco de exclusão social ou com deficiência.

Quanto ao ODS 5 (igualdade de género), a sua presença é limitada. Quando aparece, está ligado ao impulsionamento de programas de turismo social dirigidos às mulheres. No que se refere a programas específicos para promover a igualdade de género, o documento contém uma ação destinada a aconselhar e acompanhar projetos de turismo rural e de género e outra orientada para a criação de um programa de liderança destinado a mulheres e jovens para o desenvolvimento de projetos de turismo relacionados com práticas sustentáveis. Esta última prática é também uma das várias ações ligadas ao ODS 4 (educação de qualidade), uma vez que inclui os jovens no seu grupo-alvo. Neste sentido, o Plano Setorial envolve várias ações, entre as quais se destaca a criação de um Programa nacional de formação em turismo. Por último, é importante salientar que certos ODS, como o ODS 1 (erradicar a pobreza), o ODS 2 (erradicar a fome), o ODS 3 (saúde e bem-estar) e o ODS 6 (água potável e saneamento), não estão plenamente representados no Plano Setorial.



4. São ações que visam a recuperação, a proteção e a gestão estratégica dos ecossistemas naturais, que respondem aos desafios sociais de forma eficaz e adaptativa, proporcionando simultaneamente benefícios para o bem-estar humano e para a biodiversidade, tais como a redução das emissões de gases com efeito de estufa, garantindo a segurança dos recursos hídricos, tornando o ar mais limpo para respirar, e proporcionando maior segurança alimentar, beleza ambiental e riqueza dos ecossistemas para garantir a sobrevivência de espécies de flora e fauna, principalmente nativas e endémicas (Cohen et al. 2016, citado pelo Ministério do Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia (2022, p.98).





A integração da Agenda 2030 na política de turismo do Governo do México

O México é um dos países mais importantes no contexto do turismo internacional.

6.1

Contexto global da política de turismo do Governo do México: a integração dos desafios da Agenda 2030

O México é um dos países mais importantes no contexto do turismo internacional. Em 2019, ocupou o sétimo lugar no ranking mundial de chegadas, com um total de 45 milhões de turistas internacionais. No mesmo ano, o país recebeu 22.000 milhões de euros em receitas de turismo, o que o coloca em 16.º lugar no ranking internacional (ONU Turismo, 2020). O setor do turismo é um dos setores estratégicos da economia do país. Em 2018, a contribuição deste setor para o PIB foi de 8,7%, tendo criado 4,4 milhões de empregos diretos (SECTUR, 2020). Após a crise da COVID-19 e do seu considerável impacto na atividade turística mexicana, 2023 foi o ano da recuperação, em que se alcançaram 41,9 milhões de chegadas de turistas internacionais e ultrapassaram os valores pré-COVID em termos de receitas, atingindo 30.694 milhões de dólares (ONU Turismo, 2024a).

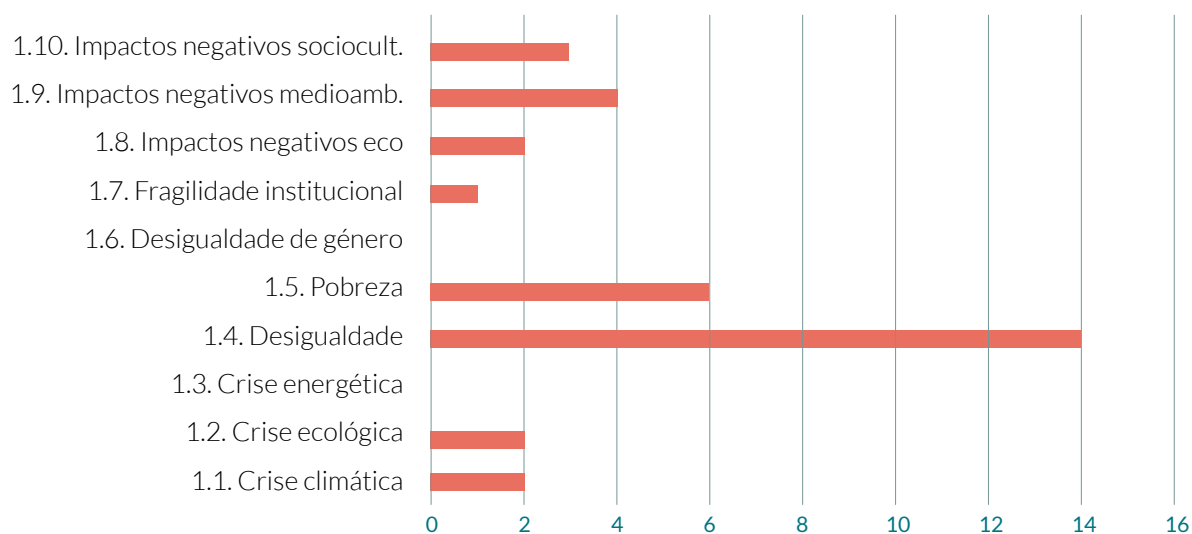
O modelo de desenvolvimento turístico do México apresenta complexidades que são largamente determinadas pela sua concentração geográfica, em produtos e em mercados. Por um lado, o modelo de desenvolvimento turístico está estruturado em torno do produto “sol e praia”. Mais de 70% das chegadas concentram-se principalmente em cinco regiões (Cancun-Riviera Maya, Cidade do México, Los Cabos, Puerto Vallarta-Riviera Nayarit e Mazatlan) sem que haja uma redistribuição da riqueza entre as várias regiões que compõem o país (SECTUR, 2020). Em termos de mercados, o turismo mexicano é altamente dependente do mercado norte-americano, com mais de 50% das chegadas internacionais provenientes dos EUA.

A estes desafios juntam-se outros ligados ao contexto internacional, como a crise climática, a crise ecológica e as crises políticas, que acrescentam complexidade à conceção e aplicação da política de turismo no país. Assim, no contexto atual, os agentes públicos enfrentam desafios importantes para atingir um modelo de desenvolvimento turístico mais sustentável.

O documento orientador da política de turismo do México é o Programa Setorial de Turismo 2020-2024 (a seguir designado por PROSECTUR 2020-2024) (SECTUR, 2020). Esse plano estratégico pretende ser “o instrumento de definição das prioridades, eixos e estratégias nacionais a seguir pela atual administração e contempla as aspirações e exigências da sociedade através de procedimentos de participação e consulta popular estabelecidos pelo Executivo Federal” (SECTUR, 2020, p.9). Neste âmbito, o PROSECTUR 2020-2024 visa reafirmar a posição do turismo como um setor estratégico, mantendo a sua competitividade a nível internacional numa perspetiva que concilia o crescimento do setor com o bem-estar da população.

O PROSECTUR 2020-2024 faz um diagnóstico exaustivo do turismo no país, identificando os principais desafios e dificuldades que devem ser objeto da política de turismo. O PROSECTUR 2020-2024 reconhece que, apesar da importância da atividade turística para o país, as suas características estruturais dificultam que o desenvolvimento turístico contribua eficazmente para a redução da pobreza, o bem-estar social e a distribuição equilibrada dos benefícios gerados pelo setor entre a população. Todas estas questões estão refletidas na análise da permeabilidade dos desafios da Agenda 2030 no PROSECTUR (Gráfico 7).

Gráfico 7. Presencia de los retos de la Agenda 2030 en la política turística del Gobierno de México (medido en número de menciones).



Fonte: elaboração própria.

O desafio da Agenda 2030 que tem maior presença no documento de referência é a desigualdade, uma questão que aparece de forma constante no diagnóstico do plano como um dos grandes desafios do país sobre o qual o desenvolvimento do turismo está a gerar um impacto positivo limitado.

A pobreza é também mencionada de forma recorrente como um dos grandes desafios do país. Em concreto, o documento mostra explicitamente que, no período de 2008 a 2018, as taxas de pobreza não melhoraram nos Estados com destinos turísticos que receberam os maiores volumes de chegadas de turistas internacionais: Baja Califórnia do Sul, Cidade do México, Jalisco, Nayarit, Quintana Roo e Sinaloa. Assim, o PROSECTUR salienta que os benefícios gerados pela atividade turística não estão a contribuir para melhorar a situação de pobreza, conforme seria de esperar.

No que se refere aos impactos negativos do turismo nas áreas económica, ambiental e sociocultural, é importante notar que o reconhecimento destas questões tem uma presença relativamente limitada no documento. Entre os impactos negativos detetados, a variável com maior presença

é a relacionada com os aspetos socioculturais, que aparece ligada, por um lado, à desigualdade existente no país e, por outro lado, aos impactos das atividades turísticas no património cultural.

Relativamente à crise ecológica e à crise climática, embora o PROSECTUR 2020-2024 as mencione especificamente, estas variáveis não têm um peso relevante entre os desafios que devem ser contemplados pela política de turismo, como acontece com questões como a desigualdade ou a pobreza.

Por último, um desafio fundamental da Agenda 2030, como a desigualdade de género, não é reconhecido entre as principais dificuldades diagnosticadas pelo PROSECTUR 2020-2024. Apesar disso, este tema está presente na agenda governamental, quer através dos princípios e valores do PROSECTUR 2020-2024, quer através de estratégias e instrumentos de política pública específicos que visam ter um impacto positivo no ODS 5 (igualdade de género).

6.2

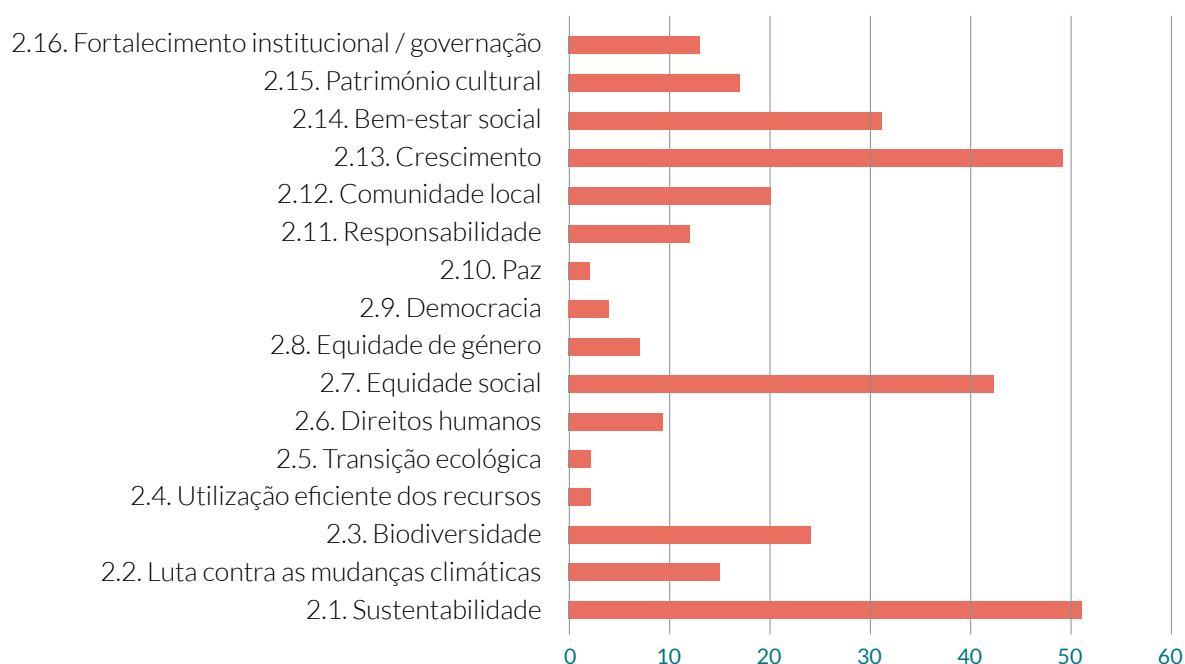
Valores e princípios da política de turismo do Governo do México em relação à Agenda 2030

O documento orientador da política de turismo mexicana para o período em estudo (PROSECTUR 2020-2024) estabelece como principal objetivo o de consolidar o México como um destino competitivo a nível internacional, através do desenvolvimento sustentável e integral do setor, a fim de gerar uma contribuição real do turismo para o bem-estar e a equidade social no país.

Com base neste objetivo, o PROSECTUR 2020-2024 define quatro objetivos prioritários: “i) Garantir uma abordagem social e o respeito pelos direitos humanos na atividade turística do país; ii) Promover o desenvolvimento equilibrado dos destinos turísticos do México; iii) Reforçar a diversificação dos mercados turísticos a nível nacional e internacional; e iv) Promover o turismo sustentável no território nacional” (SECTUR, 2020, p.24).

A análise da integração dos valores e princípios da Agenda 2030 na definição destes quatro eixos mostra a permeabilidade da Agenda 2030 na política de turismo do México, especialmente através da integração de valores-chave como a sustentabilidade e a equidade social.

Gráfico 8. Presença dos valores e princípios ligados à Agenda 2030 na política de turismo do Governo do México (medida em número de menções).



Fonte: elaboração própria.

A sustentabilidade é um dos principais conceitos com maior presença na definição da política de turismo do México. Além disso, é um princípio tratado de forma exclusiva num dos quatro eixos prioritários do plano: “Promover o turismo sustentável no território nacional”. Esta ideia está ligada à necessidade de apostar num desenvolvimento equilibrado do turismo em todo o país e em todas as regiões e classes sociais. A aproximação à sustentabilidade realiza-se principalmente através de abordagens económicas e socioculturais, com um menor reconhecimento da dimensão ambiental.

Por sua vez, a equidade social é também uma das ideias constantes na política de turismo do México. Este valor tem uma presença significativa através da integração de conceitos como a “fratura social” nos objetivos prioritários, bem como nas estratégias e ações propostas no PROSECTUR 2020-2024. Ligadas a esta ideia, embora com menos peso, o plano também aborda questões relacionadas com a melhoria do bem-estar social, os direitos humanos e a inclusão da comunidade local na conceção da política de turismo.

Paralelamente à presença desta abordagem social, um dos princípios mais presentes no plano é o do “crescimento”. Os resultados obtidos após a análise mostram a importância que a agenda governamental em matéria de turismo atribui a este conceito. Esta importância observa-se no reconhecimento, por parte do Plano, da necessidade de abordar questões como: i) manter a posição competitiva do México no mercado internacional; ii) melhorar as receitas do turismo; iii) diversificar os mercados de origem da procura turística; e iv) conseguir o desenvolvimento do turismo em outras regiões do país.

Por último, e no que respeita aos valores relacionados com o domínio ambiental, o PROSECTUR 2020-2024 presta relativamente menos atenção a questões como a utilização dos recursos naturais e a necessidade de uma transição ecológica. Além disso, e apesar do reconhecimento da importante biodiversidade do país, o Plano não aborda esta ideia com a profundidade com que trata outras questões sociais, como a equidade social. Por último, no que se refere à luta contra as mudanças climáticas, esta ideia não aparece de forma significativa na definição de objetivos e estratégias prioritárias, embora apareça na parte da execução da política, através de várias ações específicas de redução e adaptação às mudanças climáticas.

6.3

Os ODS na política de turismo do Governo do México

Os ODS e as suas metas são incorporados no PROSECTUR 2020-2024 com intensidades variáveis. Alguns ODS são representados de forma recorrente em todo o documento, enquanto outros aparecem de forma mais limitada ou não são incorporados (Gráfico 3). A este respeito, é de salientar que, para além do PROSECTUR 2020-2024, o governo mexicano estabeleceu outros instrumentos para melhorar a contribuição do turismo para os ODS, como a Lei Geral do Turismo ou a Lei de Planeamento. Concretamente, tem um plano específico, “México Renasce Sustentável”, que visa fazer do turismo uma ferramenta de bem-estar social e de equilíbrio com a natureza através de várias medidas. Destacam-se ainda outros planos, como a “Estratégia de Turismo Sustentável 2030” e ações específicas que estão igualmente alinhadas com os ODS.

O ODS que se destaca pela sua presença no PROSECTUR 2020-2024 é o ODS 8 (trabalho digno e crescimento económico). Por um lado, existe a necessidade de conseguir um maior fluxo de turistas e de desenvolver

Gráfico 9. Presencia de los ODS en la política turística del Gobierno de México (medido en número de menciones).



Fonte: elaboração própria.

o turismo nas várias regiões do país. Neste sentido, o plano inclui programas concretos, como o “Modelo para a regionalização do turismo no México”. Por outro lado, a diversificação dos mercados de origem da procura turística está também a ser prosseguida através de programas como a “Operação à Porta”, cujo objetivo é atrair turistas de países com elevado poder de compra, como a Alemanha, os Emirados Árabes e o Reino Unido. Por último, dado o desequilíbrio entre o volume de chegadas de turistas internacionais e o volume de receitas do turismo internacional, procurar-se-á aumentar as entradas de divisas no país, bem como o investimento internacional. A maior parte das referências ao ODS8 visa metas como a 8.1 Sustentar o crescimento económico ou a 8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade através da diversificação, modernização tecnológica e inovação.

Neste sentido, o PROSECTUR 2020-2024 também estabelece explicitamente metas relacionadas com o ODS 9 (indústria, inovação e infraestruturas). Em particular, o PROSECTUR 2020-2024 pretende



incentivar o crescimento de várias regiões do país através da construção e modernização de infraestruturas de transporte aéreo, terrestre e marítimo. Os projetos incluem o “Comboio Maya”, a construção do Aeroporto Internacional Felipe Ángeles em Santa Lucía e a ampliação do aeroporto de Tamuín em San Luis Potosí. Além disso, o Plano refere a necessária integração das cadeias de produção, a promoção de instrumentos para melhorar os sistemas de informação geográfica e estatística e o reforço da plataforma digital “Visit Mexico”.

Outros ODS com uma forte presença no documento orientador incluem o ODS 10 (redução das desigualdades) e o ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes). O ODS 10 tem uma presença significativa no PROSECTUR 2020-2024, nomeadamente no que se refere ao combate às desigualdades e à fratura social, reconhecido pelo próprio Plano no seu diagnóstico. Neste sentido, existem vários instrumentos que procuram promover a inclusão económica e social dos diferentes segmentos da população mexicana, sem distinção de raça, género, etnia ou outros fatores, e também a integração das várias regiões e comunidades locais no desenvolvimento do turismo.

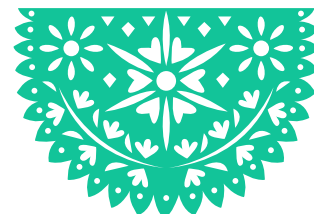
É também de salientar a incorporação do ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes) na agenda governamental. Este ODS é abordado a partir da necessidade de avançar no domínio do fortalecimento institucional para criar instituições eficazes e transparentes, promover a luta contra a corrupção e o suborno, e prevenir o tráfico de seres humanos, dando prioridade às meninas, meninos e adolescentes. O PROSECTUR 2020-2024 também integra uma linha estratégica específica para reforçar a coordenação interinstitucional entre a Administração Pública Federal, os governos estaduais e os governos municipais. Propõe igualmente prestar aconselhamento às instituições regionais e locais para harmonizar os seus planos de turismo com a política nacional de turismo.

O ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis), o ODS 12 (produção e consumo responsáveis), o ODS 13 (ação climática) e o ODS 15 (vida na terra) estão igualmente representados no documento orientador. Em todo o documento, é mencionada a necessidade de procurar desenvolvimentos mais equilibrados que fomentem o desenvolvimento na perspetiva das comunidades locais. Neste sentido, estas iniciativas procuram “promover a utilização sustentável do património cultural, natural e biocultural dos municípios com vocação turística” (SECTUR, 2020, p.46). O Plano também integra o ODS 12 (produção e consumo responsáveis), estabelecendo ações destinadas à adoção de práticas sustentáveis por parte das empresas de turismo, à utilização e gestão eficiente dos recursos, à prevenção, redução, reciclagem e reutilização de resíduos e à promoção da educação para o desenvolvimento sustentável.

Em relação ao ODS 13 (ação climática), o PROSECTUR propõe vários tipos de instrumentos de política pública, tais como a incorporação de critérios sobre mudanças climáticas nos quadros institucionais, regulamentares e de políticas públicas, a promoção de estudos de vulnerabilidade e risco devido às mudanças climáticas, o fomento e melhoria das infraestruturas com critérios de mudanças climáticas, o desenvolvimento de planos específicos e o investimento em projetos de turismo comunitário para cenários de mudanças climáticas.

Outros ODS, como o ODS 4 (educação de qualidade), o ODS 5 (igualdade de género), o ODS 6 (água potável e saneamento), o ODS 7 (energia limpa e acessível) e o ODS 17 (parcerias para alcançar os objetivos), estão presentes, embora de uma forma menos intensa. Neste sentido, o Plano aposta na educação de qualidade para garantir a igualdade de oportunidades, na gestão e no tratamento das águas residuais e na necessidade de criar espaços de colaboração entre as Administrações públicas, o setor privado e a população local para trabalhar de forma conjunta na transição para a sustentabilidade. No que se refere ao ODS 5, a igualdade de género é explicitamente mencionada em ações como a “1.4.6. Promover a perspetiva de género, a inclusão e a não-discriminação nos programas, políticas e projetos do setor” e a “2.2.5 Promover a comercialização de bens e serviços turísticos produzidos e oferecidos por mulheres para facilitar o seu empoderamento económico”.

Finalmente, a política de turismo do México integra de forma muito limitada ODS como o ODS 1 (erradicar a pobreza), ODS 2 (erradicar a fome), ODS 3 (saúde e bem-estar) e ODS 14 (vida na água). No que respeita ao ODS 1, o documento orientador do México identifica a pobreza como um dos desafios que também deve ser abordado pela política de turismo, nomeadamente a distribuição desigual dos benefícios gerados pela atividade turística entre a cidadania dos destinos turísticos, bem como entre as várias regiões do país. No entanto, a integração do ODS 1 nas estratégias e propostas do PROSECTUR 2020-2024 não está bem delimitada e é geralmente abordada através dos ODS 8 e 9. A este respeito, poderiam integrar-se programas e ações específicos de luta contra a pobreza na atualização da política de turismo. Por um lado, poderão desenvolver-se instrumentos para melhorar as condições de trabalho dos empregados no setor do turismo ou para implementar políticas de apoio social. Por outro lado, será aconselhável dispor de indicadores que permitam avaliar os progressos realizados neste domínio. Por último, e no que se refere ao ODS 14, poderão também ser incorporadas estratégias ligadas à gestão e conservação dos ecossistemas marinhos e costeiros ou à promoção da pesca artesanal e de pequena escala e à sua relação com o setor do turismo.







A integração da Agenda 2030 na política de turismo do Governo da República Dominicana

O turismo é um dos setores mais importantes da economia da República Dominicana, devido ao seu impacto nas divisas, no crescimento económico e no emprego. Em 2018, o ano em que o turismo teve maior repercussão na economia, o valor acrescentado gerado pelos hotéis, bares e restaurantes representou 6,8% do PIB total

7.1

Contexto global da política de turismo do Governo da República Dominicana: a integração dos desafios da Agenda 2030

A atividade turística na República Dominicana, bem como em grande parte dos países ibero-americanos, revela uma grande capacidade de adaptação às crises. Em 2022, o número de turistas internacionais e as receitas já ultrapassaram os valores anteriores à pandemia. Se em 2019 o país recebeu 6,4 milhões de turistas internacionais, em 2023 recebeu pouco mais de 8 milhões, o que representou um crescimento de 25% a partir de 2019 (ONU Turismo, 2024a). Neste contexto, a República



5. "A Estratégia Nacional de Desenvolvimento é a base conceptual das políticas públicas que serão aplicadas no período 2010-2030 e contém a Visão do País a longo prazo e os objetivos de Desenvolvimento. As políticas públicas definidas na Estratégia Nacional de Desenvolvimento articulam-se em torno de quatro Eixos Estratégicos, com os seus correspondentes objetivos e linhas de ação. O turismo no âmbito da END está enquadrado no Terceiro Eixo" (Ministério do Turismo, 2021, p.33).

Dominicana é o país mais importante do Caribe em termos de turismo. No que se refere às receitas do turismo, em 2023 o país recebeu 9.751 milhões de USD, com um crescimento de 30% em relação a 2019, ultrapassando inclusivamente o das chegadas. Em 2023, depois de Espanha, Portugal e do México, a República Dominicana é o país ibero-americano com o maior volume de receitas de turismo.

Consciente da importância do turismo para o país, o Governo dominicano considera o desenvolvimento turístico como uma oportunidade. Com este objetivo, foi elaborado o atual documento orientador da política de turismo, o Plano Estratégico Institucional 2021-2024 (a seguir designado por PEI 2021-2024) (Ministério do Turismo, 2021). Importa referir que a elaboração do Plano teve lugar durante o período de crise resultante da COVID-19, o que pode ter influenciado a integração da Agenda 2030 no seu conteúdo. Assim, é lógico pensar que o PEI 2021-2024 tenha prestado mais atenção à recuperação da atividade turística no país.

De qualquer modo, o PEI 2021-2024 refere o seu alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (END) 2030⁵. O objetivo geral do Plano é o seguinte:

«Tornar a República Dominicana um destino ordenado, seguro e sustentável; com um turismo inclusivo de qualidade nos diferentes destinos e nos serviços, que favoreça o aumento das receitas e do emprego e contribua para melhorar a qualidade de vida das comunidades recetoras».

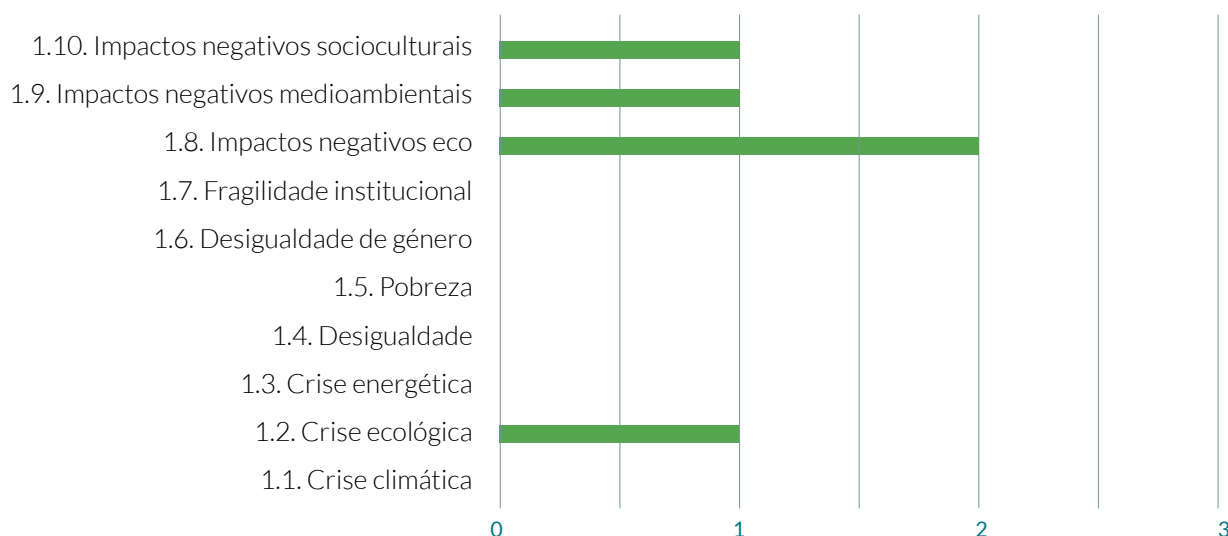
(Ministério do Turismo, 2021, p.31).

Neste sentido, é conveniente salientar que a definição de missão do PEI 2021-2024 refere explicitamente a sustentabilidade económica e a sustentabilidade ambiental, e, no entanto, ignora a sustentabilidade sociocultural.

Após a definição da introdução e da explicação da metodologia utilizada para a elaboração do plano, o PEI 2021-2024 apresenta uma análise situacional do setor do turismo a nível global, com base nos números de

chegadas, receitas e impactos económicos, bem como um breve diagnóstico institucional através de uma análise SWOT do setor do turismo na República Dominicana. Os principais aspetos mencionados neste diagnóstico estão relacionados com questões fundamentais para o setor do turismo. Apontam, por exemplo, pontos fortes na qualidade da oferta turística e da hospitalidade do país; e oportunidades, tais como a diminuição dos preços dos transportes aéreos e a expansão do turismo de cruzeiros. No que respeita aos pontos fracos e ameaças, nenhuma das questões identificadas aborda os principais desafios colocados pela Agenda 2030 em termos de dimensão social, tais como a pobreza, a desigualdade ou a desigualdade de género. Deve sublinhar-se que, embora estas questões não sejam especificamente identificadas como desafios do turismo da República Dominicana, algumas delas estão integradas na definição dos princípios e valores da política de turismo. As questões relacionadas com a dimensão ambiental, tais como a crise ecológica ou climática, são integradas, mas apenas de forma limitada.

Gráfico 10. Presencia de los retos de la Agenda 2030 en la política turística del Gobierno de República Dominicana (medido en número de menciones).



Fonte: elaboração própria.

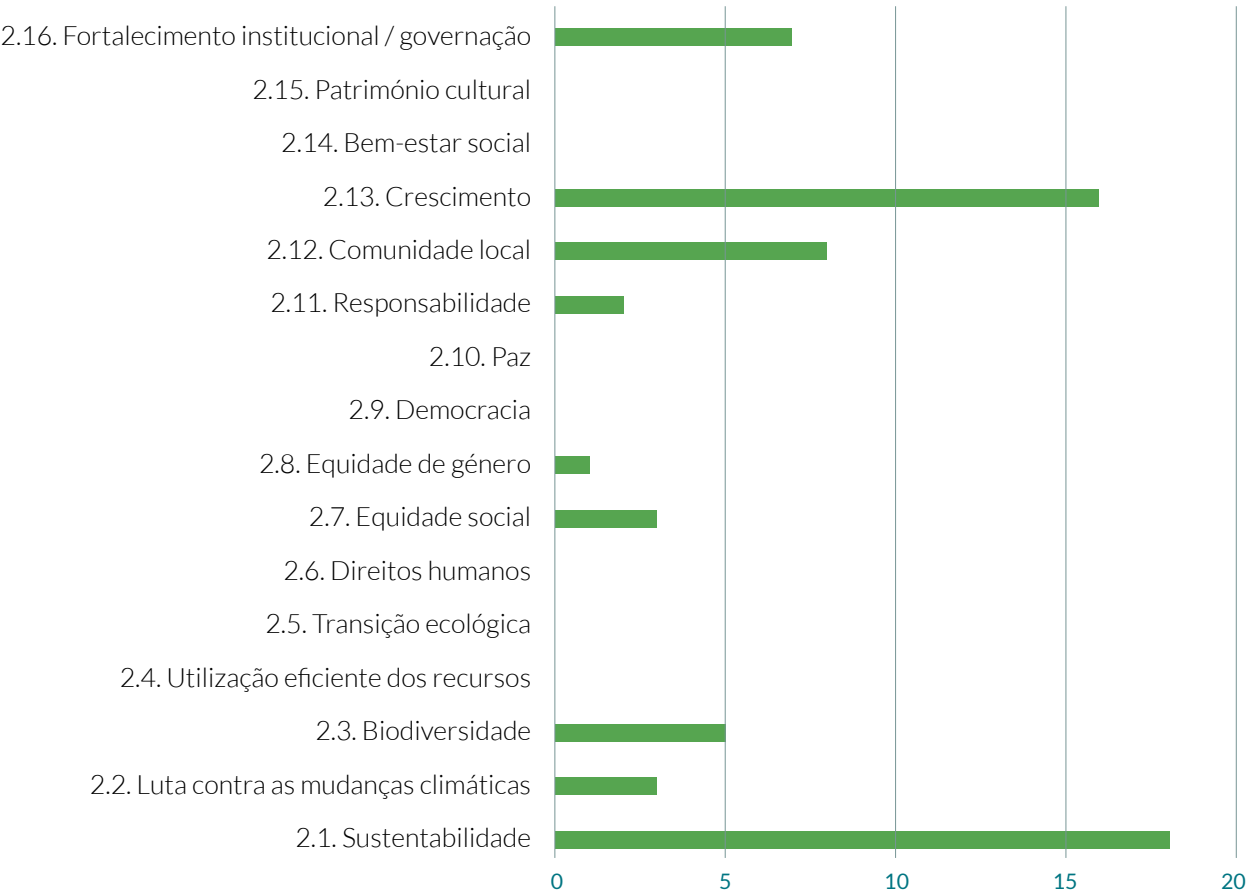
Finalmente, cabe ainda assinalar que o PEI 2021-2024 aborda alguns dos impactos gerados pela atividade turística nos domínios ambiental, sociocultural e económico. Refere o modelo hegemónico de sol e praia “tudo incluído” e a presença maioritária de cadeias hoteleiras internacionais. Neste sentido, o Plano reconhece algumas das consequências resultantes deste modelo e que representam um grande desafio para o turismo dominicano, especialmente a perda de potenciais receitas relacionadas com o turismo.

7.2

Valores e princípios da política de turismo do Governo da República Dominicana em relação à Agenda 2030

Após a definição do diagnóstico do setor do turismo e do SWOT institucional, o PEI 2021-2024 define a sua missão, a sua visão e três eixos estratégicos: i) Promoção, incentivo e desenvolvimento do turismo sustentável; ii) Planificação e regulamentação eficazes da gestão dos destinos turísticos; e iii) Fortalecimento institucional.

Gráfico 11. Presença dos valores e princípios ligados à Agenda 2030 na política de turismo do Governo da República Dominicana (medida em número de menções).



Fonte: elaboração própria.

Entre todos os princípios e valores da Agenda 2030, o PEI 2021-2024 integra em maior medida o conceito de sustentabilidade. Ao longo de todo o documento, há muitas referências à necessidade de apostar num modelo de desenvolvimento turístico mais sustentável. Isto é estabelecido quer no objetivo quer em dois dos eixos estratégicos, o da “Promoção, incentivo e desenvolvimento do turismo sustentável” e o da “Planificação e regulamentação eficazes da gestão dos destinos turísticos”. A sustentabilidade está frequentemente associada à incorporação da comunidade local na cadeia de valor do turismo.

Paralelamente, o PEI 2021-2024 centra-se de forma clara no crescimento do setor do turismo através do aumento das chegadas de turistas, das receitas e da criação de novos produtos e serviços turísticos. Evidencia a necessidade de incentivar e promover o turismo para impulsionar a sustentabilidade económica e a rentabilidade dos destinos turísticos. Assim, uma grande parte das ações propostas no eixo “Promoção, incentivo e desenvolvimento do turismo sustentável” visa estes objetivos.

Em relação ao fortalecimento institucional, este é precisamente um dos três objetivos estratégicos do PEI 2021-2024:

«O Eixo dedicado ao Fortalecimento Institucional procura reforçar e desenvolver uma gestão institucional de qualidade que favoreça o efetivo cumprimento das ações e compromissos substantivos da instituição, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Estratégia Nacional de Desenvolvimento».

(Ministério do Turismo, 2021, p.47).

O PEI 2021-2024 especifica alguns princípios fundamentais para o trabalho do Ministério do Turismo, como a integridade e a transparência. No que respeita aos valores relacionados com a dimensão social, o PEI 2021-2024 aborda a equidade social e a equidade de género através de uma declaração sobre a promoção de direitos e oportunidades entre a cidadania, independentemente do seu estatuto social, raça, sexo ou religião. A igualdade é definida no documento orientador como um dos seus seis valores fundamentais.

Por último, no que se refere aos princípios relacionados com o ambiente, o respeito pelo ambiente é outro dos principais valores estabelecidos no PEI 2021-2024:

«Desenvolvemos as nossas atividades empenhados na conservação do ambiente, promovendo a utilização racional e sustentável dos recursos e procurando controlar e minimizar os resíduos, as emissões e as descargas com impacto nas mudanças climáticas».

(Ministério do Turismo, 2021, p.30).



7.3

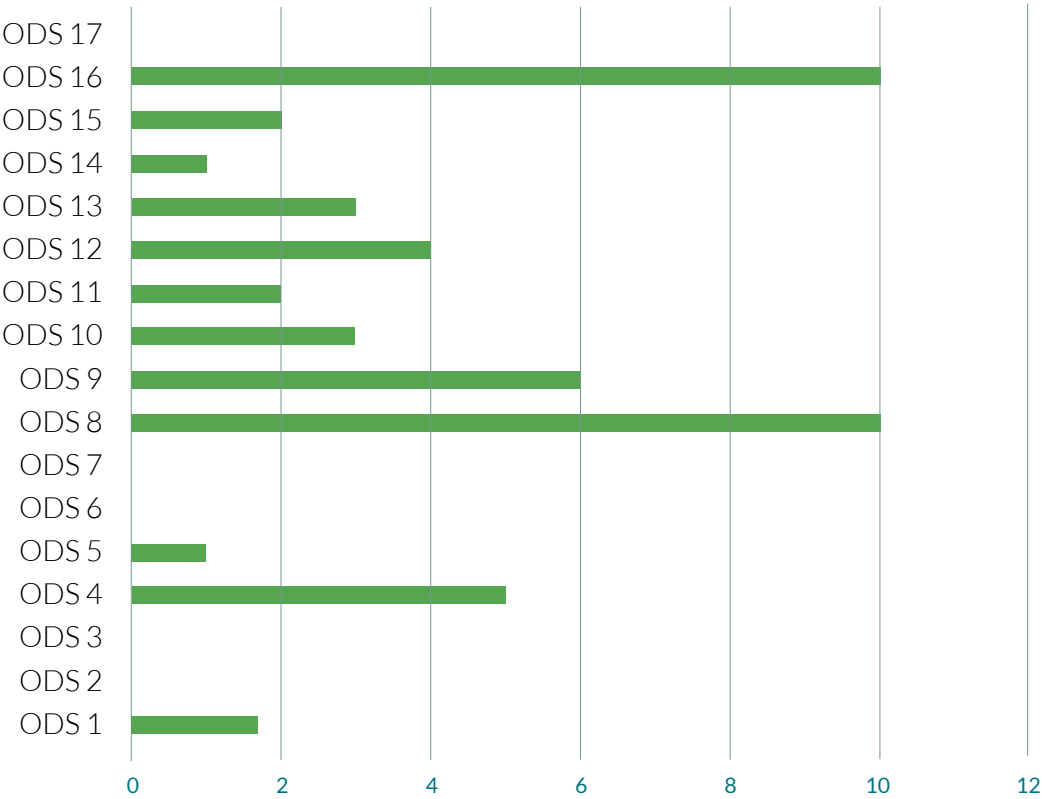
Os ODS na política de turismo do Governo da República Dominicana

O PEI 2021-2024 menciona várias vezes o alinhamento com a Agenda 2030 e os ODS ao longo do seu texto. Além disso, dedica uma secção do Plano a explicar a importância da Agenda 2030 para o turismo e a especificar os ODS e as metas mais estreitamente ligados ao desenvolvimento do turismo.

Neste sentido, é de notar que a matriz de definição de cada um dos três eixos estratégicos do Plano inclui os ODS e as metas sobre os quais o eixo estratégico tem mais impacto. Em concreto, o Eixo 1, sobre “Promoção, incentivo e desenvolvimento do turismo sustentável”, tem impacto na meta 8.9. O Eixo 2 sobre “Planificação e regulamentação eficazes da gestão dos destinos turísticos” tem impacto, de acordo com o PEI, nas metas 8.9 e 14.7. Por último, o Eixo sobre “Fortalecimento institucional” tem impacto nas metas 4.5, 5.5 e 8.5.

Para além destas valiosas especificações do PEI 2021-2024 relativamente ao impacto dos Eixos estratégicos nos ODS, os resultados da análise efetuada mostram que, ao passo que alguns ODS têm uma presença significativa no Plano, outros estão pouco ou nada representados. Como o próprio PEI 2021-2024 reconhece, entre os ODS com maior impacto encontram-se o ODS 8 (trabalho digno e crescimento económico) e o ODS 9 (indústria, inovação e infraestruturas). Tal como já se mencionou no início desta secção, o PEI 2021-2024 foi elaborado em plena crise da COVID-19, pelo que a tónica na recuperação e no crescimento económico está muito presente no Plano e também se reflete na presença dos ODS. Neste caso, a maioria das ações do Eixo 1 destina-se a promover diferentes tipos de turismo, como o turismo de saúde e bem-estar, o turismo de cruzeiros e o turismo de reuniões. Tudo isto com o objetivo de diversificar a atividade turística e de aumentar as chegadas de turistas internacionais e domésticos.

Gráfico 12. Presença dos ODS na política de turismo do Governo da República Dominicana (medida em número de menções).



Fonte: elaboração própria.

Outro ODS com uma presença significativa no PEI 2021-2024 é o ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes). Como já foi referido, o Plano inclui um Eixo específico sobre “Fortalecimento institucional”. Assim, são propostas várias ações para atingir este objetivo. Em concreto, inclui ações específicas para alcançar o fortalecimento institucional, tais como a criação de planos de ordenamento territorial e a formação de agentes em matéria de regulamentações e normas. Da mesma forma, à luz da Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2030, o Plano incorpora a necessidade de estabelecer mecanismos de prevenção e punição da violência e da exploração sexual contra meninos, meninas, adolescentes e mulheres. Em contrapartida, e no que se refere ao ODS 5 (igualdade de género), mencionado entre os valores do PEI 2021-2024, não existem instrumentos específicos destinados a alcançar a igualdade das mulheres e das meninas no domínio do desenvolvimento do turismo.

O PEI 2021-2024 identifica ações que terão impacto positivo noutros ODS, como o ODS 10 (redução das desigualdades), o ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e o ODS 12 (produção e consumo responsáveis). É importante sublinhar que todas as ações previstas no Eixo 2 sobre “Planificação e regulamentação eficazes da gestão dos destinos turísticos” estão relacionadas com a integração das comunidades locais no desenvolvimento do turismo através do “turismo comunitário”. Esta tipologia de turismo poderá ter um impacto positivo na desigualdade, na transição para comunidades mais sustentáveis e em formas de produção e consumo mais sustentáveis.

Por último, em relação ao ODS 13 (ação climática), embora se reconheça a importância das ações de mitigação e adaptação, nenhuma das ações dos três Eixos estratégicos se destina a combater as mudanças climáticas.







Conclusões

A Agenda 2030 das Nações Unidas - adotada em setembro de 2015 por 193 Estados-Membros - constitui um quadro global para erradicar a pobreza, proteger o planeta e assegurar a prosperidade de todas as pessoas.

Trata-se de uma agenda ampla e abrangente que reconhece a interdependência de todas as dimensões do desenvolvimento. Além disso, a Agenda tem um caráter universal, o que implica que cada país deve assumir a sua própria estratégia, estabelecendo as suas prioridades, visões e principais agentes para promover o desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, parte do sucesso da Agenda 2030 reside na integração dos 17 ODS e das suas metas nas políticas públicas de cada um dos países signatários. No domínio da política de turismo, instituições como a ONU Turismo reconhecem que para impulsionar a transição para modelos de desenvolvimento turístico mais sustentáveis é necessário que os governos alinhem a sua política de turismo com os ODS de forma equilibrada e integrada, e incorporem mecanismos e indicadores para medir o seu progresso. Nesse sentido, a ONU Turismo também salienta a importância de incluir especificamente o turismo nos Relatórios Nacionais Voluntários.

Este estudo avalia a incorporação da Agenda 2030 nos documentos orientadores sobre turismo de quatro países ibero-americanos: Chile, Colômbia, México e República Dominicana. Apesar da limitação de analisar um único instrumento de política de turismo de cada país, é importante notar que, nos quatro casos estudados, este é o principal documento em torno do qual se constrói a política pública de turismo. Nesse sentido, o estudo obteve resultados de grande relevância, tanto do ponto de vista teórico como prático. Por um lado, os resultados ajudam a compreender o progresso de cada país e da região nas três dimensões estudadas: i) desafios da Agenda 2030 presentes na política; ii) valores da política de turismo por país; e iii) incorporação dos ODS na política de turismo. Por outro lado, os resultados obtidos permitem tirar conclusões que podem ser de grande utilidade para os decisores e gestores turísticos dos países analisados e também para outros destinos turísticos ibero-americanos, especialmente no que se refere à dimensão ambiental.

No que toca à primeira dimensão de análise - os desafios da Agenda 2030 e a sua integração na política de turismo - é necessário sublinhar a importância de os documentos orientadores incorporarem os desafios enunciados na Agenda 2030. Esta identificação e reconhecimento é uma fase fundamental para conceção das políticas públicas, pois é o ponto de partida para um verdadeiro alinhamento da política com as propostas da Agenda. Se questões como a desigualdade, a crise climática e a crise ecológica não forem identificadas na secção de diagnóstico dos documentos orientadores, dificilmente serão incorporadas na fase de definição de estratégias e ações que resultem dos quatro documentos analisados.

Neste sentido, os resultados obtidos de forma conjunta para os quatro países mostram um certo desequilíbrio na permeabilidade dos desafios da Agenda 2030 na política de turismo. O conceito que mais prevalece é o de desigualdade, seguido do reconhecimento dos impactos ambientais negativos gerados pelo setor do turismo. No que respeita aos restantes desafios, como a pobreza, a crise ecológica e a fragilidade institucional, todos eles têm uma presença semelhante, à exceção da crise energética que, até agora, tem tido pouca presença na agenda política de turismo dos países estudados.

Uma análise dos resultados desagregados por país mostra que há diferenças na importância que cada país atribui aos desafios da Agenda 2030 e que, em geral, a sua presença nos documentos orientadores é desigual. Este resultado pode indicar que os países estão a integrar

alguns dos desafios da Agenda 2030 de uma forma limitada e que as questões presentes na sua agenda estão principalmente relacionadas com os desafios específicos que afetam cada país.

O Governo do Chile atribui um papel muito relevante à crise climática, reconhecendo, por um lado, a vulnerabilidade do país às mudanças climáticas e, por outro lado, os efeitos que o setor do turismo pode ter sobre ele. Também destaca, de forma positiva, a identificação exaustiva que a Estratégia 2035 faz dos impactos negativos que o desenvolvimento do turismo pode provocar no ambiente. O Plano Setorial do Governo da Colômbia é notável pelo seu diagnóstico pormenorizado e por abordar a maior parte dos desafios da Agenda 2030. O documento destaca de forma significativa os desafios da desigualdade em vários domínios e a fragilidade institucional. Por seu lado, o México também incide nos desafios relacionados com a desigualdade, bem como nos níveis de pobreza existentes no país, identificando a pouca redistribuição até à data dos benefícios gerados pelo turismo entre a população. Por último, a República Dominicana, num Plano criado em plena crise da COVID-19, centra-se na recuperação da atividade turística e atribui menos importância aos desafios globais da Agenda 2030, provavelmente em consequência do contexto específico em que o PEI foi elaborado.

No que se refere à segunda dimensão de análise - os princípios e valores da Agenda 2030 e a sua incorporação na política de turismo - a sustentabilidade é o valor que tem uma relevância mais significativa do conjunto. A sustentabilidade surge de forma transversal nos quatro documentos orientadores analisados, quer nos objetivos estratégicos, quer nos diferentes eixos e linhas de ação propostos nos vários planos. Este resultado confirma que os governos reconhecem claramente a necessidade de avançar para modelos de desenvolvimento do turismo mais equilibrados.

Quase de modo paralelo, o crescimento económico é posicionado como outro dos principais valores nas propostas de ação política para o turismo dos países estudados. A necessidade de impulsionar a atividade turística, gerar mais emprego e aumentar o volume de receitas turísticas são objetivos presentes nas agendas políticas de turismo. Depois da sustentabilidade e do crescimento, a equidade social, o bem-estar, a integração das comunidades locais e a preservação da biodiversidade são os princípios mais presentes nos documentos analisados. Em contrapartida, outras questões, como a equidade de género e a luta contra as mudanças climáticas, têm uma presença mais limitada.

No que respeita aos resultados obtidos sobre os princípios e valores da Agenda 2030 desagregados por país, verificamos que, tal como na identificação dos desafios da Agenda 2030, a política de turismo dos países analisados apresenta uma integração heterogênea destas questões. Embora todos os documentos estratégicos considerem a sustentabilidade e o crescimento como princípios fundamentais das suas políticas, existem particularidades entre os países para incluir outros princípios.

O México e a Colômbia associam a sustentabilidade a outros valores, entre os quais se destacam a equidade social e o bem-estar das comunidades locais. Por seu lado, o Chile acrescenta a estes valores outros, como a proteção da biodiversidade e a participação dos agentes na conceção das políticas públicas. Nesse sentido, cabe ressaltar que, partindo da premissa de que a transição para a sustentabilidade exige a participação dos agentes na conceção das políticas públicas, a Estratégia 2035 do Chile pode tornar-se uma referência interessante para outros governos, devido à descrição detalhada que faz do processo participativo desenvolvido para a sua elaboração.

Destaca-se também o posicionamento da política de turismo colombiana em torno de duas questões extremamente importantes. A primeira delas está relacionada com o posicionamento do Plano Setorial no que se refere ao turismo regenerativo, um turismo que propõe uma relação harmoniosa e equilibrada entre o indivíduo, a sociedade e a natureza. A segunda questão está ligada ao importante papel que o documento orientador atribui ao desenvolvimento do turismo nos processos de paz que se seguiram ao fim do conflito armado no país. O turismo é proposto pelo Plano Setorial como uma força dinamizadora para a paz em territórios e comunidades tradicionalmente excluídos. A abordagem do Governo colombiano neste domínio pode servir de modelo para contextos marcados por conflitos sociais ou pela exclusão de comunidades e pessoas.

Quanto à República Dominicana, a integração dos valores e princípios da Agenda 2030 é mais limitada no seu PEI 2021-2024, um documento elaborado durante a crise da COVID-19 e que, por conseguinte, se centra especialmente na recuperação económica do setor e no fortalecimento institucional. A este respeito, seria interessante analisar o futuro documento orientador da política de turismo dominicana e avaliar os progressos efetuados em termos de Agenda 2030.

Finalmente, em relação à terceira dimensão - a incorporação dos ODS na política setorial de turismo - confirmam-se os resultados obtidos nas

dimensões anteriores, uma vez que a incorporação dos 17 ODS também se realiza de forma pouco equilibrada. O ODS com presença mais significativa é o ODS 8 (trabalho digno e crescimento económico), especialmente ligado ao crescimento económico do setor do turismo e medido através de indicadores como as chegadas de turistas ou o volume de receitas. Embora alguns dos países analisados estejam empenhados no desenvolvimento do turismo como motor do progresso socioeconómico, seria aconselhável que os futuros planos estratégicos para o turismo incluíssem também metas relacionadas com o trabalho digno. Neste sentido, é de salientar a iniciativa PROSECTUR 2020-2024 do México, que inclui indicadores que avaliam o crescimento da remuneração dos trabalhadores do setor do turismo.

Depois do ODS 8, há uma presença significativa de outros ODS, como o ODS 9 (indústria, inovação e infraestruturas), o ODS 10 (redução das desigualdades), o ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis), o ODS 12 (produção e consumo responsáveis), o ODS 13 (ação climática), o ODS 15 (vida na terra) e o ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes). Os documentos analisados também integram o ODS 4 (educação de qualidade) e o ODS 5 (igualdade de género), mas com uma presença menor em comparação com os anteriormente mencionados. Por sua vez, os restantes ODS, ODS 1 (erradicação da pobreza), ODS 2 (erradicação da fome), ODS 3 (saúde e bem-estar), ODS 6 (água potável e saneamento), ODS 7 (energia acessível e limpa), ODS 14 (vida na água) e ODS 17 (parcerias para alcançar os objetivos) têm uma presença menos significativa na análise do conjunto dos países. Estes resultados permitem afirmar que, embora o desenvolvimento do turismo possa estar ligado a todos os ODS, a política de turismo de cada país centra-se geralmente mais em alguns ODS do que noutros, tendo em conta, entre outras coisas, as questões presentes na arena política do turismo do seu contexto territorial.

Os resultados desagregados da incorporação dos ODS por país mostram que esta também não se realiza de uma forma integral e que, além disso, é heterogénea entre os diferentes países.

Todos os documentos analisados refletem a priorização de alguns ODS em detrimento de outros, o que está relacionado, entre outros fatores, com a importância política que os Governos atribuem aos desafios económicos, sociais, político-institucionais e ambientais que atingem o seu país e não tanto aos desafios globais colocados pela Agenda 2030. Assim, embora a política de turismo possa incorporar estratégias e ações ligadas a todos os ODS, alguns deles estão a ser introduzidos de forma limitada.

A este respeito, seria aconselhável uma incorporação integral e equilibrada dos 17 ODS e das suas metas nos documentos orientadores de política de turismo, abordando assim todas as dimensões do desenvolvimento. Isto não é incompatível com a definição de prioridades para os desafios de cada país, devendo adotar-se uma abordagem integral e complementar entre as agendas. Embora se considere que alguns ODS têm uma relação indireta com a política de turismo, podem ser propostos vários instrumentos de política pública para reforçar o impacto do desenvolvimento do turismo sobre eles. Esta é a particularidade das Linhas Estratégicas sobre Turismo e Desenvolvimento Sustentável na Ibero-América, que visam fornecer orientações estratégicas que permitam incorporar os ODS e as suas metas e indicadores nas políticas nacionais de turismo.



Neste sentido, a dimensão ambiental é uma das prioridades de trabalho que pode orientar as futuras revisões das estratégias nacionais de turismo. Por exemplo, podem ser promovidos projetos agropecuários sustentáveis ligados ao turismo (ODS 2), podem ser promovidas campanhas para controlar o abuso de álcool ou drogas nos destinos turísticos (ODS 3), pode ser incentivada a formação das comunidades locais em turismo (ODS 4) e pode ser melhorado o acesso à água potável e aos sistemas de saneamento através do turismo ou recuperados os ecossistemas relacionados com a água e assegurada uma gestão adequada das águas residuais (ODS 6). No que diz respeito ao ODS 13 (ação climática), os países deveriam fazer um maior esforço para propor ações concretas de redução e adaptação às mudanças climáticas, dada a relação bilateral entre o turismo e este fenómeno. O turismo é um setor que tem um impacto significativo no aumento das emissões CO₂, sendo, ao mesmo tempo, um setor particularmente vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas. Poderão também ser destacadas as estratégias ligadas à gestão e conservação dos ecossistemas marinhos e costeiros e à promoção da pesca artesanal e de pequena escala e a sua relação com o setor do turismo (ODS 14). Além disso, convém incentivar as ações destinadas promover o ODS 5 (igualdade de género) no setor do turismo, um setor altamente feminizado⁶ em que os direitos e as oportunidades das mulheres devem ser melhorados.

Para conseguir uma incorporação efetiva dos ODS na política de turismo, seria muito útil, como faz a República Dominicana no seu PEI 2021-2024, que os planos estratégicos indicassem explicitamente em que ODS têm impacto os vários eixos estratégicos ou ações propostas. Deveriam igualmente ser integrados indicadores de avaliação alinhados com as ações propostas e em conformidade com os 17 ODS e as suas metas. Neste sentido, as propostas da Colômbia e do México incluem indicadores e alguns deles são de grande interesse, podendo ser utilizados como referência para a conceção de políticas públicas de turismo noutros destinos.

Para concluir, é de salientar que, embora a política de turismo dos países analisados registre progressos na incorporação das abordagens da Agenda 2030, os Governos devem continuar a trabalhar para melhorar tanto a identificação dos desafios e dificuldades mais relevantes no contexto global quanto a introdução dos valores universais associados à Agenda 2030 nos seus planos estratégicos. Além disso, a integração dos ODS na política de turismo exige mais esforços para alcançar uma integração equilibrada de todas as dimensões do desenvolvimento.



6. As mulheres representam o 54% do emprego turístico a nível global (ONU Turismo, 2024b).



Referências bibliográficas

A ONU Turismo dispõe de uma série de instrumentos que podem facilitar aos governos e a outras partes interessadas a inclusão dos ODS nas políticas e ações de turismo. Pode visitar o Portal “*Tourism for SDGs*”, com toda a informação sobre as ferramentas desenvolvidas pela ONU Turismo nesta área: <https://tourism4sdgs.org/>

https://tourism4sdgs.org

Também está disponível (em inglês e espanhol) a ferramenta desenvolvida pela ONU Turismo e pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) “Alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável através do turismo - Toolkit com indicadores para projetos (TIPs)”:

<https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/9789284425068>



Butler, R. W. (1980). The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources. *Canadian Geographer*, 24(1), 5-12.

Hall, P. (1993). Policy Paradigms, Social Learning, and the State: the Case of Economic Policymaking in Britain. *Comparative Politics*, 25 (3): 275-296.

Mathieson, A. y Wall, G. (2004). *Tourism: economic, physical and social impacts*. Longaman.

Ministério do Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia (2022). Plano Setorial de Turismo 2022-2026. Turismo em harmonia com a vida. Disponível em:

<https://www.mincit.gov.co/mincit/media/PoliticasyPLAN-SECTORIAL-TURISMO-2022-2026.pdf>

Ministério do Turismo da República Dominicana (2021). *Plano estratégico institucional 2021-2024*. Disponível em:

<https://transparencia.mitur.gob.do/plan-estrategico-institucional/planificacion-estrategica-institucional/>

Nunkoo, R. y Ramkissoon, H. (2011). Developing a community support model for tourism. *Annals of Tourism Research*, 38(3), 964-988.

ONU Turismo (2018). *O turismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Boas práticas nas Américas*. Madrid: UNWTO.

ONU Turismo (2020). *Barómetro do Turismo Mundial da OMT e anexo estatístico*, Janeiro 2020 18(1). Disponível em:

<https://www.e-unwto.org/toc/wtobarometeresp/18/1>

ONU Turismo (2024a). *Barómetro do Turismo Mundial da OMT e anexo estatístico*, Maio 2024 22(2). Disponível em:

<https://www.e-unwto.org/toc/wtobarometeresp/22/2>

ONU Turismo (2024b). *Informe regional de las mujeres en el turismo en América Latina y el Caribe*. Disponível em:

<https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284425921>

Parsons W (2007). *Políticas Públicas. Uma introdução à teoria e prática da análise de políticas públicas*. México: FLACSO.

SECTUR (2020). *Programa setorial de turismo 2020-2024 (PROSECTUR)*. Disponível em:

<https://www.gob.mx/sectur/acciones-y-programas/mensaje-del-secretario-programa-sectorial-de-turismo-2020-2024>

SEGIB (2018a). *Declaração da Guatemala: Compromisso Ibero-Americano pelo Desenvolvimento Sustentável*. XXVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo de La Antigua Guatemala. Disponível em:

<https://www.segib.org/?document=declaracion-de-la-xxvi-cumbre-iberoamericana-de-jefes-de-estado-y-de-gobierno>

SEGIB (2018b). *Declaração da I Conferência Ibero-Americana de Ministros e Ministras da Economia e do Turismo*. XXVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo de La Antigua Guatemala. Disponível em:

<https://www.segib.org/?summit=xxvi-cumbre-iberoamerica-na-la-antigua-guatemala-2018-una-iberoamerica-prospera-inclusiva-y-sostenible>

SEGIB (2020). *Linhas Estratégicas sobre Turismo e Desenvolvimento Sustentável na Ibero-América*. Disponível em:

<https://www.segib.org/?document=lineas-estrategicas-sobre-turismo-y-desarrollo-sostenible-en-iberoamerica>

Subsecretaria de Turismo do Chile (2019). *Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas do Setor do Turismo*. Disponível em:

<https://www.subturismo.gob.cl/desarrollo-de-destinos-y-gestion-territorial/sustentabilidad-y-cambio-climatico/plan-de-adaptacion-al-cambio-climatico-del-sector-turismo/>

Subsecretaria de Turismo do Chile e PNUD (2024). *Estratégia Nacional de Turismo Sustentável 2035*. Disponível em:

<https://www.subturismo.gob.cl/wp-content/uploads/2024/07/estrategia-nacional-de-turismo-sostenible-2035>

United Nations (2015). *Transforming Our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Disponível em:

<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N15/291/89/PDF/N1529189.pdf?OpenElement>

Zittoun, P. (2014). *The political process of policy making: A pragmatic approach to public policy*. Londres: Palgrave Macmillan.



In collaboration with

UN Tourism



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana